

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DOS RECURSOS MARINHOS E COSTEIROS NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO COM VISTA À ECONOMIA AZUL SUSTENTÁVEL

## 1. Origens e contexto

Esta iniciativa surge do pedido das instituições moçambicanas para melhorar a protecção e conservação do ecossistema marinho e costeiro através da gestão sustentável dos seus recursos, de forma a contribuir para a concretização dos objectivos definidos pela **Política e Estratégia do Mar** (POLMAR, 2021). O Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP), parceiro desta sede regional no âmbito de outras iniciativas do sector actualmente em implementação, e a Província de Cabo Delgado coordenaram o pedido de intervenção e colaboraram na definição das actividades. A iniciativa confirma um alinhamento com as prioridades estabelecidas no **Plano Quinquenal do Governo**, em particular com a Prioridade 2) Impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a criação de emprego, e 3) Reforçar a gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente. A iniciativa contribui para a implementação de principais estratégias nacionais relacionadas, tais como a **Política e Estratégia do Mar** (POLMAR, 2021) com referência específica aos seguintes objetivos: Desenvolver uma economia azul, produtiva e sustentável/Promover o desenvolvimento tecnológico e científico do mar, dando prioridade à investigação e inovação/Adotar a governação do mar e zonas costeiras coordenadas e coerentes, a **Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul** (EDEA, 2024-2033), com referência ao Pilar 1. Pesca e Aquacultura, Pilar 3. Capital natural, ambiente e economia circular e Pilar 4. Turismo e cultura, a **Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Conservação da Biodiversidade** (2015-2035), no que se refere ao objectivo 11, Até 2025, avaliar e redefinir 75% das actuais áreas de conservação e incluir formalmente pelo menos 10% em áreas de conservação de ecossistemas marinhos até 2020 e 30% até 2030, alinhando-se com os objectivos definidos pela **Convenção sobre a Diversidade Biológica** (CDB), pela **Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas** (ENAMM, 2013-2025), com especial atenção ao pilar 1.6 Aumentar a resiliência das pescas, além de o **Plano de Desenvolvimento Económico e Social do Estado** (PESOE). Promove também a implementação da **Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras** (2015-2020), pois melhora a gestão e conservação dos recursos marinhos e costeiros através de decisões baseadas no conhecimento técnico e científico, e a **Estratégia para a Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique** (ECTIM), que estabelece linhas prioritárias de investigação em ciências marinhas, para a manutenção da saúde e produtividade dos ecossistemas marinhos e costeiros e do desenvolvimento sustentável da economia azul. Além disso, esta iniciativa tem em conta a **Estratégia de Género** e o **Plano de Acção do Sector das Pescas** (2015-2019), que identifica as principais assimetrias de género no sector das pescas e estabelece acções estratégicas para as resolver, tais como a promoção da igualdade de género no sector, reforçar a capacidade e as competências das mulheres na cadeia de valor da pesca e da aquacultura, o acesso aos serviços financeiros e sensibilização do género. As acções previstas na área da investigação, monitorização e inovação propostas respondem, no entanto, ao **Plano**

## **Estratégico de Desenvolvimento Institucional (2023-2033) do Instituto Oceanográfico de Moçambique (INOM).**

A nível internacional, a intervenção proposta está alinhada ao documento do **United Nation Development Assistance Framework**, no que concerne à prioridade estratégica 3, relativa à resiliência climática e à utilização sustentável dos recursos naturais, bem como corresponde ao quadro normativo e operacional nacional, ligado a adesão de Moçambique aos acordos ambientais multilaterais, como a Convenção de Nairobi e a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Especificamente, o programa promove a divulgação e aplicação de regulamentos<sup>1</sup> emitidos pelo MIMAIP para a gestão sustentável dos recursos marinhos e costeiros, relativamente aos quais existe uma certa resistência à sua implementação e fiscalização, directamente connectada a necessidade de alteração dos hábitos tradicionais das comunidades. A iniciativa é também coerente com o **Programa Indicativo de Cooperação UE-Moçambique 2021-2027** que em Moçambique, no âmbito da **TEI** (Team Europe Initiative) ligada ao *Green Deal*, reflete o Pilar 1 “Recursos Naturais”, especificamente no que diz respeito às componentes económicas “Incrementadas as oportunidades económicas para as comunidades e o sector privado ligados às áreas de gestão” e “Fortalecimento da participação comunitária na conservação e uso sustentável dos recursos naturais”. No que diz respeito à coerência com as diretrizes italianas, o programa está alinhado com o **Plano Mare Italico 2023-2025**, no que diz respeito à Economia Azul e à Governação dos Oceanos e, em perspetiva, está relacionado com a " *G7 Declaration on the Agreement on the Conservation and Sustainable Use of Marine Biological Diversity of Areas beyond National Jurisdiction* " promovida pela Itália, além da **Estratégia Nacional sobre Biodiversidade** e da **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável** com referência ao Plano de Transição Ecológica. Também responde positivamente à Diretiva-Quadro Estratégia Marinha Europeia (MSFD), introduzida em 2008 para proteger os ecossistemas marinhos e a biodiversidade.

O Documento de Programação e Diretrizes Trienais 2021-2023 confirma igualmente as áreas prioritárias de intervenção, definidas no âmbito do setor OCSE-DAC 410. A iniciativa está alinhada com as diretrizes setoriais da Cooperação Italiana dedicadas ao Meio Ambiente, à Educação e à Luta contra a pobreza, bem como as Diretrizes da AICS sobre Igualdade de Género e Empoderamento de Mulheres, Meninas e Meninas (2020-2024), além de ser em conformidade com os princípios orientadores do Código PSEA<sup>2</sup>.

### **2. Análise de necessidades, problemas e identificação de beneficiários.**

A iniciativa, cujo objectivo visa proteger os ecossistemas marinhos através do desenvolvimento integrado e sustentável dos recursos oceânicos, será implementada em Moçambique, principalmente na província

---

<sup>1</sup> Decreto n.º 60/2018 Regulamento de Concessão de Direitos de Pesca e de Licenciamento da Pesca, Decreto n.º 89/2020, Regulamento da Pesca Marítima (REPMAR), Diploma Ministerial n.º 83/2023: Regime Jurídico Para o Estabelecimento das Zonas de Pesca de Gestão Comunitária, Diploma Ministerial n.º 131/2022, Estatuto Tipo Conselho Comunitário de Pesca, Decreto 30/2019 de 10 de Abril, Regulamento de Investigação e Squisa Científica Marinha (REICIM), Decreto nº 17/2001 Aquacultura, Decreto n.º 21/2017 de 24 de Maio, Regulamento do Regime Jurídico de Utilização do Espaço Marítimo Nacional, (RJUEM), Decreto n.º 35/2001, de 13 de Novembro, Regulamento Geral de Aquacultura, Protocolo das Pescas da SADC, O nº 4 do Artigo 14 (Protecção do Meio Ambiente Aquático) .

<sup>2</sup> Adotada para implementar a Recomendação do CAD sobre Acabar com a Exploração, o Abuso e o Assédio Sexual na Cooperação para o Desenvolvimento e na Assistência Humanitária

de Cabo Delgado, e no específico no Distrito do Ibo. Moçambique ocupa uma área total estimada aproximadamente de 1.371.380 km<sup>2</sup>, verificando uma linha costeira (a terceira mais longa da costa africana) que se estende por aproximadamente 2.700 km. **Cabo Delgado**, província costeira do norte de Moçambique (340 km de costa), tem uma população de cerca de 2,3 milhões de pessoas, subdividida em três grupos étnicos principais (Makonde, Macau e Mwani), e representa uma das províncias mais marginalizadas de Moçambique com baixo índices de desenvolvimento, apesar de ser dotada de ricos recursos naturais (principalmente gás natural e rubis) e de uma rica diversidade biológica marinha e costeira de elevado valor económico e social, com um notável potencial económico particularmente ligado à pesca e à aquacultura, fonte de rendimento e sobrevivência para as comunidades costeiras.

**O setor pesqueiro** representa uma das principais actividades desenvolvidas pela população residente no litoral, em Moçambique (e portanto também na província de Cabo Delgado) caracteriza-se por três tipos de produtores: artesanal (de subsistência, com embarcações com menos de 13 m comprimento e motores inferiores a 140 CV), semi-industrial (embarcações com 13-24 m de comprimento e motores com potência inferior a 350 CV) e industrial (embarcações com mais de 24 m de comprimento e motores com potência de propulsão superior a 350 CV). A pesca artesanal é a indústria mais antiga e representa um grande número de pescadores (antes de 2017 estimava-se que existiam cerca de 48 mil na província de Cabo Delgado).

As famílias que praticam a pesca artesanal constituem um grupo heterogéneo, que varia de acordo com o estatuto do chefe da família, o tipo de actividade pesqueira, o nível de diversificação do rendimento familiar, a posição em relação à base de recursos disponíveis e o acesso ao mercado. Os pescadores, na maioria homens, podem ser divididos em dois grupos principais: proprietários e trabalhadores. O maior número de pescadores são skippers e trabalhadores/tripulantes. A receita de uma viagem é distribuída da seguinte forma: o proprietário recebe 1/3 da receita pela propriedade e 1/3 pela manutenção da embarcação e equipamentos, enquanto o capitão e a tripulação recebem o 1/3 restante da receita. Os pescadores da província de Cabo Delgado transcorrem normalmente pelo menos 60% do seu tempo a pescar, actualmente principalmente durante o dia, devido as normas de segurança relacionadas com os ataques de insurgentes. Menos de 25% das famílias de pescadores praticam a pesca como única actividade económica, além da agricultura (67%) e do comércio (26%). Há também um importante grupo de pessoas envolvidas em actividades de apoio à pesca artesanal, como construção de barcos, redes, conservação e comercialização de pescado. De acordo com a divisão do trabalho relevada na maioria das comunidades costeiras, as mulheres tendem a trabalhar mais na agricultura e os homens na pesca. É importante notar que as pessoas responsáveis da recolha de marisco e polvo na zona entremarés são quase exclusivamente mulheres, assim como as responsáveis pelo processamento do pescado. Esta divisão do trabalho garante uma base alimentar e uma estratégia de sobrevivência diversificada, o que representa uma vantagem para as famílias envolvidas na actividade pesqueira (SDAE, 2023). Os únicos dados relativos ao stock pesqueiro presente na província são fornecidos pela Administração das Pescas (ADNAP) e apresentam a produção pesqueira actual a diminuir face ao registado nos anos anteriores (em 2023 produção igual a 30.623 toneladas face a 35.187 toneladas em 2019). A variedade do estoque é ilustrada pelo gráfico a seguir:

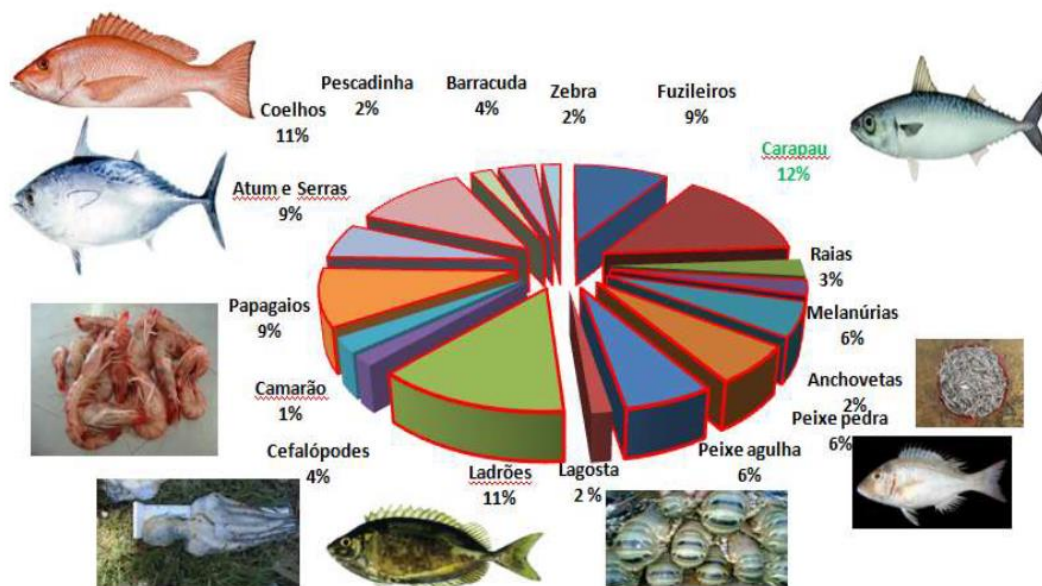


Figura 1: Repartição do stock de peixes (ADNAP, 2023)

Não existem estudos específicos realizados que descrevam factores e variáveis ligadas à alteração do stock pesqueiro registado na Província. A FAO realizou um estudo (Assessment: Apoio à Avaliação dos Danos ao Sector das Pescas Pós-Conflito) em 2022, que analisa qualitativamente a gestão do sector da pesca artesanal, as ferramentas e meios disponíveis, os métodos de conservação e comercialização do pescado, mas que não inclui o levantamento quantitativo da produção de pescado por causa de falta de dados disponíveis. A dificuldade da recolha de dados deve-se, além dos baixos índices de desenvolvimento que caracterizam a província, ao estado de insegurança que caracteriza a província de Cabo Delgado nos últimos anos.

**O quadro normativo do setor das pescas** É composto por diversas regulamentações nacionais, alinhadas às políticas internacionais, que definem a gestão da pesca comercial e artesanal<sup>3</sup>, visando responder ao desenvolvimento de infraestruturas de apoio à pesca, à luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, à gestão sustentável dos recursos haliêuticos e dos seus ecossistemas, à organização da pesca artesanal e à integração do sector das pescas e da aquacultura através da abordagem ecossistémica. No entanto, a implementação é limitada, especialmente nos distritos rurais: a multipresença de várias instituições envolvidas na gestão do sector, cujas funções ainda não estão claramente definidas e harmonizadas, associada à falta de implementação de planos locais de gestão sustentável das pescarias, não promove a capacidade do governo para fazer cumprir os regulamentos sobre as práticas da pescaria

<sup>3</sup>Decreto n.º 60/2018 Regulamento de Concessão de Direitos de Pesca e de Licenciamento da Pesca, Decreto n.º 89/2020, Regulamento da Pesca Marítima (REPMAR), Diploma Ministerial n.º 83/2023: Regime Jurídico Para o Estabelecimento das Zonas de Pesca de Gestão Comunitária, Diploma Ministerial n.º 131/2022, Estatuto Tipo Conselho Comunitário de Pesca, Decreto 30/2019 de 10 de Abril, Regulamento de Investigação e Squisa Científica Marinha (REICIM), Decreto n.º 17/2001 Aquacultura, Decreto n.º 21/2017 de 24 de Maio, Regulamento do Regime Jurídico de Utilização do Espaço Marítimo Nacional, (RJUEM), Decreto n.º 35/2001, de 13 de Novembro, Regulamento Geral de Aquacultura, Protocolo das Pescas da SADC, O n.º 4 do Artigo 14 (Protecção do Meio Ambiente Aquático) .

destrutivas e ilegais, para orientar as atividades em curso, assessorar as comunidades em prol duma pesca mais sustentável e incentivar o investimento. Falta também um sistema de coordenação entre as diferentes instituições, que incentive o diálogo entre o nível nacional, provincial e distrital, e que permita uma definição clara de objectivos e prioridades, troca de informações. Estes limites dificultam, portanto, a implementação das normas e o acompanhamento à implementação de uma gestão sustentável e integrada. O Ministério competente, MIMAIP, criado em 2015, queixa-se da falta de disponibilidade de recursos humanos formados e de recursos económicos suficientes que permitam, por um lado, uniformizar o conhecimento, divulgar a regulamentação existente e monitorizar as instituições, especialmente nas províncias mais remotas. O sector pesqueiro em Moçambique tem um potencial igual a 937.581 toneladas (INOM, 2022), apesar das estatísticas oficiais indicarem uma utilização de 48,5% deste potencial, com capturas registadas no valor de 455.544 toneladas, verificando-se as seguintes fragilidades (EDEA, 2024): i) gestão insuficiente das pescas para manter níveis sustentáveis de esforço associado ao conhecimento insuficiente do potencial dos recursos marinhos disponíveis; ii) custos operacionais da pesca e da aquacultura considerados não competitivos; iii) Acesso ao crédito para o sector privado considerado insustentável; iv) Falta de uma rede de infraestruturas de apoio para melhorar a cadeia de valor e melhorar a capacidade de supervisão das operações de produção.

O **desenvolvimento de actividades alternativas sustentáveis ligadas à cadeia de valor de recursos marinhos e costeiros** é uma tendência introduzida recentemente em Moçambique: a Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul (EDEA, 2024-2033), aprovada em Agosto de 2024, identifica 6 pilares ligados aos principais sectores de oportunidades e investimentos relacionados ao setor da Economia Azul, tais quais: pesca e aquacultura, energias renováveis e indústria extrativa, capital natural-ambiente e economia circular, turismo e cultura, transporte marítimo, segurança marítima. Devido à falta de dados quantitativos relevado a nível nacional, não apresenta uma análise quantitativa das potenciais oportunidades económicas em comparação com as atuais, mas descreve a nível geral, para cada pilar, objetivos e ações estratégicas destinadas a promover o seu desenvolvimento. Propõe ainda um modelo de coordenação a introduzir entre as diversas instituições envolvidas e um plano de monitorização para acompanhar e verificar o estado de implementação das iniciativas empreendidas. O MIMAIP manifestou o pedido aos parceiros de cooperação para apoiarem a implementação da estratégia nas províncias como prioridade. Uma análise das potenciais oportunidades ligadas à promoção da economia azul foi também analisada numa avaliação da USAID, reportando os sectores com maiores oportunidades de investimento por cada província analisada. No que diz respeito à Província de Cabo Delgado, especificamente, o documento sugere a valorização do património cultural através da promoção do ecoturismo, e o desenvolvimento de cadeias de abastecimento ligadas aos recursos marinhos (pesca sustentável e cadeias de abastecimento a ela ligadas). Sucessivamente, a FAO analisou a composição do sector pesqueiro na Província de Cabo Delgado, apresentando pontos fortes e fracos verificados.

De acordo com uma análise realizada pela ONG MOVA sobre o contexto das **mulheres envolvidas na economia azul** em Moçambique, releva-se que as competências das mulheres no sector não são reconhecidas como tais, nem mesmo por elas próprias, e são negligenciadas pela comunidade, ao contrário das competências dos seus homólogos masculinos. Isto pode ser explicado em parte pelas normas sociais e em parte pela falta de formação formal, de facto ocorre que a maior parte das actividades

de rendimento ligadas à Economia Azul são realizadas por parte dos homens, por causa da tradição local, que determinam a transmissão de competências entre gerações de pai em filho, excluindo a capacitação da mulher. Em termos de oportunidades económicas, as mulheres geralmente têm acesso a menos oportunidades de rendimento do que os homens. A diversificação de activos é o factor-chave que impulsiona níveis mais elevados de rendimento e resiliência. Quando surgem novas oportunidades de actividades alternativas, como no caso da aquacultura, muitas vezes são os homens os primeiros envolvidos, devido a vários factores (maior poder de decisão, competências técnicas, etc.). A autonomia limitada das mulheres é um factor socioeconómico presente em Moçambique e que actua especialmente nas zonas costeiras, onde os níveis de autonomia das mulheres são inferiores as metas e raramente questionáveis. Além disso, o facto de ser uma mulher de sucesso não é bem aceite pela comunidade, a imagem tradicional ligada a “mulher que deve servir o marido e a família”, e não ser autónoma, permanece forte. Esta imagem é uma verdadeira barreira que pode levar à violência doméstica, bem como à redução da capacidade de empoderamento socioeconómico (Relatório Mulheres na Economia Azul em Moçambique, MUVA, 2024).

Desde 2017, a província de Cabo Delgado tem sido palco de uma **insurgência** por parte de um grupo armado, Ansar al-Sunna, uma facção extremista local com laços internacionais tênues. Ansar al-Sunna é conhecido localmente como al-Shabaab, mas não está formalmente ligado à organização somali mais conhecida. Embora a religião desempenhe um papel fundamental no conflito, os analistas acreditam que os factores mais importantes na insurgência são os problemas sociais, económicos e políticos generalizados em Moçambique, bem como a elevada taxa de desemprego juvenil. Os ataques às aldeias criaram um grande movimento de pessoas deslocadas internamente (IDP), aproximadamente 750.000 de 2017 até à data (IOM, 2024), o que contribui em aumentar a pressão sobre os recursos naturais, agravar as condições de vida de grupos vulneráveis e a degradação dos ecossistemas terrestres-marinheiros. Os Grupos Armados continuam também a criar um impacto negativo significativo no funcionamento dos vários sectores económicos, em particular no sector das pescas: muitas infraestruturas, incluindo instalações e equipamentos, foram destruídas durante os ataques, além disso, as autoridades de segurança proíbem o acesso ao mar para os pescadores durante e após os ataques. Moçambique assinou um acordo entre o governo de Moçambique e do Ruanda para o envio de tropas destinadas à defesa dos distritos mais expostos, na sequência do ataque a Palma ocorrido em 2021. Várias organizações internacionais (OIM, PAM, UNICEF) envolvidas no sector de emergência, intervieram e continuam presentes na Província para colmatar as necessidades dos refugiados, bem como para implementar ações de envolvimento dos jovens na formação e criação de oportunidades de emprego, com o objetivo de evitar a sua integração no movimento terrorista, e de melhorar o acesso aos serviços primários. Em particular, a ONG INSO, com sede em Pemba, fornece informações periódicas precisas e avalia a constante evolução dos movimentos do grupo armado. O pedido de intervenção das autoridades visa também reforçar a resiliência das comunidades para evitar um aumento na dimensão dos ataques e o possível envolvimento dos jovens no movimento dadas as elevadas taxas de desemprego e as condições críticas de pobreza encontradas na província.

As **Mudanças climáticas** provocam efeitos evidentes na costa de Moçambique, especialmente na província norte de Cabo Delgado, uma das regiões mais vulneráveis do país. Esta vulnerabilidade é

acentuada por uma combinação de factores: exposição a eventos climáticos extremos, dependência das comunidades costeiras aos recursos naturais e condições económicas precárias. Entre os vários, os principais efeitos das alterações climáticas na costa de Moçambique são: i) Aumento dos níveis das águas oceânicas ii) Erosão costeira iii) Alteração dos ecossistemas marinhos e costeiros com o consequente impacto negativo na disponibilidade de recursos naturais, que constituem o 80% dos meios de subsistência para as comunidades costeiras (em particular a dependência dos recursos pesqueiros é ligada às necessidades diárias de proteínas e no que diz respeito às oportunidades económicas que tais recursos representam). A temperatura da superfície do Oceano Índico aqueceu aproximadamente 1°C desde 1950, uma das taxas de aumento mais rápidas nos oceanos globais (Beal et al., 2019; Fox-Kemper et al., 2021; Roxy et al., 2014). O conteúdo de calor dos oceanos também aumentou durante este último período a um ritmo acelerado, de tal forma que o Oceano Índico absorveu mais de um quarto do ganho global de calor dos oceanos desde 1990 (Cheng et al., 2017; Lee et al., 2015; Levitus et al., 2012) e quase metade do aumento de calor do início do século XXI na coluna de água até uma profundidade de 700 m (Desbruyères et al., 2017). As águas esfriaram na profundidade da termoclina e o fluxo líquido de calor atmosférico diminuiu. O aquecimento devido às alterações climáticas, por sua vez, provoca impactos de natureza diferente: altera a produtividade de monções, o fornecimento de nutrientes à zona fótica, o crescimento do fitoplâncton e a composição das espécies. Estas mudanças terão, por sua vez, impacto na produtividade das pescarias (FAO, 2018, *Impacts of climate change on fisheries and aquaculture*). Além disso, as alterações climáticas estão a alterar significativamente os sistemas socio ecológicos das comunidades costeiras (Eddy et al., 2021). É, portanto, necessária uma intervenção urgente para limitar a vulnerabilidade, mitigar os efeitos e tornar as comunidades costeiras mais resilientes. No entanto, não existem análises específicas e estudos científicos que descrevam como o impacto das alterações climáticas afecta a perda de biodiversidade e degradação de habitats na província de Cabo Delgado, mas é claro que, devido a múltiplos factores, os efeitos das alterações climáticas são particularmente graves devido à combinação de vulnerabilidades sociais, económicas e ambientais que caracterizam a província e as suas comunidades. Em 2019, a passagem do ciclone Kenneth causou graves danos tanto às infraestruturas existentes quanto aos recursos naturais (como a destruição de recifes de coral e a consequente redução de peixes), além da destruição total das embarcações e de algumas infraestruturas de comércio, conservação e processamento de pescado. A Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas (ENAMM, 2013-2035) exige que cada distrito tenha um Plano Local de Adaptação (PLA) específico, mas este ainda não foi implementado na Província de Cabo Delgado.

A ilha do Ibo faz parte, além das restantes 11, do **Parque da Reserva das Quirimbas** (PNQ), declarado **Reserva da Biosfera** (RBQ) em 2018. A UNESCO desenvolveu o Plano de Gestão e Negócios da Reserva da Biosfera das Quirimbas em 2023, através do programa Mapquibo AID 11684 financiado pela AICS. O plano descreve a importância da rica biodiversidade existente no parque, ao mesmo tempo assinala a falta de dados e estudos recentes sobre a sua composição. A reserva da biosfera contém três ecorregiões de importância global de acordo com a lista Global 200 da WWF: a Floresta Costeira do Sul de Inhambane e Zanzibar, os Mangais da África Oriental e a Região Marinha da África Oriental. Do ponto de vista fitogeográfico, a reserva faz parte do Mosaico Costeiro Inhambane-Zanzibar. A RBQ abrange uma área total de 9.130 quilómetros quadrados, dos quais 1.185 quilómetros quadrados constituem a parte marinha, que inclui 11 ilhas (Ibo, Matemo, Quisiva, Quirimba, Quipaco, Mefundvo, Quilálea, Sencar, Quirambo, Fion e Ilha das Rolas) e o Banco de S. Lázaro, enquanto a parte terrestre estende-se por 5.984 quilómetros quadrados e inclui parcialmente quatro distritos (Meluco, Pemba-Metuge, Ancuabe e Macomia) e a

totalidade dos distritos de Ibo e Quissanga (num total de treze localidades administrativas). Existem actualmente 154 comunidades/aldeias no PNQ, das quais 102 estão dentro dos seus limites e 52 estão na zona tampão. Em particular, aproximadamente 166.000 pessoas vivem na área do PNQ, das quais aproximadamente 95.000 (57%) dentro dos limites do parque e 71.000 (43%) na zona tampão (WWF, 2020). As comunidades que vivem dentro do parque dependem fortemente dos recursos naturais para a sua sobrevivência. As actividades socioeconómicas praticadas incluem agricultura itinerante, pesca, criação e recolha de invertebrados. As actividades de recolha de invertebrados derivam de práticas tradicionais locais realizadas em grande parte por mulheres, tanto para alimentação como para uso comercial. Além disso, a Universidade Unilurio de Pemba com o centro de investigação CEPAM estão a realizar actividades de investigação relacionadas com o cultivo de invertebrados para verificar a sustentabilidade da actividade. Além destas actividades, tanto na RBQ como na zona tampão, ocorreram algumas actividades mineiras ilegais, nomeadamente caça furtiva e pesca ilegal.

Bandeira et al. (2007) dividiram a vegetação terrestre-costeira em seis tipos e forneceram estimativas da percentagem de cobertura de cada tipo de vegetação na reserva: mosaico de miombo (40,84%), mosaico de acácia (33,12%), floresta de mosaico (21,32%), mangal ( 2,99%), miombo-velloziacea (0,84%), floresta costeira (0,65%) e outras (0,24%). O conhecimento sobre a biodiversidade no norte de Moçambique é escasso (Farooq et al., 2021a), tal como o conhecimento sobre a biodiversidade dentro do PNQ também é geralmente limitado e, em alguns grupos, completamente ausente (por exemplo, não há estudos sobre peixes, ou sobre diversidade micológica ). Os únicos dados relativos à biodiversidade marinha foram recolhidos em 1997 pela Frontier Moçambique e descrevem a presença de pelo menos 91 espécies de peixes associados aos corais, no que diz respeito aos peixes marinhos comerciais, há pelo menos 72 espécies presentes (Frontier Moçambique, 1997). As tartarugas são particularmente importantes nesta região, com três espécies - oliveira, verde e pente - alimentando-se e nidificando na região. As tartarugas verdes na Ilha de Vamizi são a população reprodutora mais importante em Moçambique e a densidade de ninhos de tartarugas-de-pente na ilha é a mais elevada do país. Além disso, o arquipélago das Quirimbas possui importantes áreas de acasalamento para tartarugas marinhas. Os dugongos são conhecidos na área do Parque Nacional das Quirimbas, mas são escassos e o seu número real é desconhecido. Golfinhos, baleias (particularmente a baleia jubarte), tubarões, incluindo tubarões-touro, tubarões-de-pontas-brancas de recife, tubarões-baleia e grandes populações de raias manta foram avistados. Embora os relatórios da Fronteira forneçam informações sobre a abundância e quantidade de recursos naturais marinhos presentes no ecossistema das Quirimbas, estes dados têm mais de 20 anos. A pesca excessiva e as práticas prejudiciais, como o uso de redes mosquiteiras, significam que os peixes e os mamíferos marinhos estão entre os animais mais vulneráveis da reserva. É necessário quantificar a abundância de espécies, compreender quais as espécies que estão em declínio e desenvolver estratégias específicas de mitigação.

A província de Cabo Delgado possui aproximadamente 525 km<sup>2</sup> de recifes de coral em franja, representados na RBQ por diversas formações. No entanto, alguns locais nos limites ocidentais das ilhas são caracterizados por bancos de areia e pradarias de ervas marinhas, de fundamental importância para o sustento dos dugongos, bem como para os vários serviços ecossistémicos que prestam, e não possuem recifes de coral (Motta et al., 2002). Pelo menos 17 géneros de corais estão presentes na RBQ, a maioria



dos quais são corais duros (14 géneros) e os restantes são corais moles (3 géneros) (Frontier Moçambique, 1997, 1998; Motta et al., 2002). Os recifes de coral estão entre os ecossistemas mais vulneráveis da RBQ, uma vez que não são apenas afectados por acções directas, como a colheita de corais para ornamentação ou a destruição por artes de pesca prejudiciais, mas também pelas alterações climáticas. As mudanças na temperatura e na salinidade da água afetam o branqueamento dos corais, impactando a biodiversidade e a produtividade dos recifes. Além disso, os recifes de coral fornecem importantes serviços ecossistémicos, incluindo a protecção das costas contra tempestades e ondas, o fornecimento de alimentos e o apoio a actividades turísticas. O branqueamento dos corais pode, portanto, ter um impacto negativo significativo na economia local e na qualidade de vida das comunidades costeiras. Para compreender os efeitos do branqueamento de corais na RBQ, é necessário primeiro mapear e monitorizar o seu estado. Até este momento, apenas uma pesquisa destinada a estudar o branqueamento de corais foi realizada na reserva, no canal Sencar, para analisar o efeito do El Niño Oscilação Sul de 1997-1998 no recife de coral, o qual mostrou que a recuperação da barreira após o fenómeno foi mínimo (Motta et al., 2002). Apesar da existência de fontes científicas limitadas e de evidências dos efeitos das alterações climáticas na Reserva da Biosfera das Quirimbas, prevê-se que, com o aumento dos gases com efeito de estufa, a reserva fique exposta ao aumento das temperaturas, fortes chuvas e inundações, secas e tempestades mais severas, mudanças sazonais nas variáveis climáticas, aumento do nível da água dos oceanos e aumento da acidificação (Gross, 2017). A incerteza nas projecções climáticas futuras pode limitar o planeamento de gestão eficaz e eficiente do ponto de vista climático para as áreas protegidas, incluindo a Reserva da Biosfera das Quirimbas. Na Reserva da Biosfera das Quirimbas, a sensibilização das comunidades locais, organizações da sociedade civil e líderes locais, incluindo institutos de investigação científica, sobre a conservação da biodiversidade é, portanto, limitada, dificultando a implementação de sistemas de gestão sustentável e conservação das áreas. Além disso, a ausência de dados científicos reduz completamente a capacidade e a vontade dos decisores políticos para definir ações específicas para melhorar a conservação das áreas protegidas, a fim de proporcionar intervenções de mitigação ou adaptação envolvendo as comunidades locais.

Embora a Reserva da Biosfera das Quirimbas, juntamente com os seus parceiros, tenha registado no passado iniciativas de sensibilização para a importância da conservação da biodiversidade e de apoio à gestão de áreas protegidas (WWF, WCS, Banco Mundial, Agência Francesa de Desenvolvimento, ECO Moçambique, Associação do Meio Ambiente AMA, ASMOG, Oikos, Centro de Terra Viva, entre outros), os resultados ainda são limitados. Os programas implementados nos anos anteriores para a gestão de áreas protegidas têm apoiado a gestão do Parque e das comunidades na criação de 11 santuários distribuídos pelo Parque Nacional das Quirimbas: Situ, Kipaku, Sencar, Rolas (sul), Quirambo, Mujaka, Tchamba, Songossawe (centro), Palussança, Rolas e Muanacomo (norte). Os santuários constituem-se como grandes hotspots de biodiversidade marinha, áreas de nidificação de tartarugas, agregação de peixes, entre outras espécies. A gestão dos santuários é de responsabilidade do PNQ, com o apoio da comunidade através dos PCCs e dos pescadores, mas o seu monitoramento representa um grande desafio devido à falta de recursos económicos (principalmente combustíveis e meios de transporte), além de a fraca capacidade técnica verificada da unidade gestora.

A província de Cabo Delgado, onde está localizada a Reserva da Biosfera das Quirimbas, enfrenta um nível particularmente elevado de pobreza, insegurança alimentar, alterações climáticas e perda de biodiversidade, o que significa que a reserva está entre as áreas de conservação mais deficientes em termos de conservação e desenvolvimento. O Plano de Gestão e Negócios da Biosfera reflete as principais prioridades de ação para o período de dez anos proposto (2023-2032), privilegiando as seguintes diretrizes em linha com o Plano de Gestão anterior (2012-2021): desenvolvimento socioeconómico, conservação e promoção da biodiversidade da imagem e identidade da RBQ, bem como a participação inclusiva e integradora da comunidade residente no parque, que se pretende envolver ativamente na gestão do parque. As actividades deste plano são orientadas e geridas directamente pela Unidade de Gestão da Reserva da Biosfera das Quirimbas (Unidade de Gestão da Reserva da Biosfera das Quirimbas). A unidade de gestão foi constituída, mas tem capacidade operacional limitada devido aos limitados recursos económicos disponíveis, que limitam a sua intervenção na Reserva. Actualmente apenas a associação local ASMOG está activa na Reserva da Biosfera, promovendo a monitorização comunitária de santuários não permanentes em colaboração com os PCC e a comunidade. A Reserva da Biosfera das Quirimbas possui uma extensa área de 7.500 quilómetros quadrados, a maior parte da qual constituída por terrenos inacessíveis, o que é considerado um dos principais desafios para aceder a este habitat e garantir a protecção integral da reserva. A limitada presença humana, tamanho e extensão, incluindo a complexidade dos desafios, são interpretados como fraquezas e deficiências na capacidade de satisfazer as suas necessidades primárias de conservação. É, portanto, necessária uma intervenção atempada para inverter o cenário actual e prevenir ameaças à biodiversidade, como assentamentos populacionais, destruição de habitats, inundações, redução de serviços ecossistémicos ou incêndios descontrolados, conforme expresso pelo Ministério da Terra e Ambiente durante uma conferência verificada em Julho de 2024, apoiado pela UNESCO, para apresentar as prioridades de solicitação de intervenção aos diversos doadores presentes no país.

**A falta associada de monitoramento e pesquisa científica** sobre os recursos marinhos e costeiros limita a capacidade institucional em definir políticas adequadas para intervenções apropriadas de mitigação e/ou adaptação: por exemplo, após o ciclone Kenneth, não foi realizada qualquer monitorização do estado do ecossistema marinho. Neste contexto, a multipresença de diversas instituições envolvidas na gestão do sector da economia azul e na conservação dos ecossistemas marinhos, cujas funções ainda não estão claramente definidas e harmonizadas, associada à falta de planos de gestão ligados à pesca, não favorece a criação de um mecanismo de coordenação transparente capaz de orientar as actividades em andamento, atender as comunidades e incentivar os investimentos. O centro de investigação CEPAM, criado em 2007, com sede em Chiuba, realiza investigação científica na zona marítima e costeira de Cabo Delgado com o objectivo de promover o aumento do conhecimento científico e o desenvolvimento de práticas tecnológicas inovadoras. O centro goza de estimado reconhecimento a nível regional pelas suas investigações anteriores desenvolvidas e publicadas, com referência aos seguintes temas: ecossistemas de mangais (3), invertebrados marinhos (3), ervas marinhas (2), peixes (4), oceanografia (2), aquacultura (1), dunas costeiras (1), mamíferos marinhos (1) e estudos socioeconómicos (4) abrangendo mangais, invertebrados marinhos e peixe seco da cadeia de valor alimentar (2). Actualmente as principais actividades em curso apoiam o desenvolvimento de conhecimentos e práticas relacionadas com o cultivo experimental de macroalgas, restauração de ecossistemas de mangais, monitorização da pesca artesanal,

distribuição de invertebrados marinhos e poluição marinha. As acções são limitadas por falta de recursos económicos, enquanto a infraestrutura, em excelente estado de conservação, tem capacidade para acolher 150 pessoas para eventuais conferências. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional (2023-2033) do CEPAM prevê a necessidade de definir e colocar em funcionamento um sistema de monitorização relativo ao bem-estar ecológico do ecossistema marítimo, que pode incluir os principais dados provenientes da pesca artesanal e os principais ambientais e biológicos, bem como realizar pesquisas específicas sobre o impacto dos microplásticos nos peixes para verificar o nível de contaminação existente, a capacidade de suporte dos ecossistemas costeiros e marinhos e manter a produtividade e a prestação de serviços, bem como sensibilizar as comunidades sobre as artes da pesca sustentável. A necessidade de realizar investigação sobre os impactos dos microplásticos também está prevista na estratégia de desenvolvimento da economia azul (EDEA, 2024-2033), e faz parte das prioridades de investigação do plano de ação CEPAM (Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional, 2023-2033), aprovado pelo instituto nacional de referência, INOM, e Ministério MIMAIP. A preocupação crescente relativamente à possível contaminação marinha de microplásticos na cadeia alimentar deriva dos elevados níveis de poluição marinha verificados internacionalmente.

**O Distrito do Ibo**, onde a proposta de projeto pretende concentrar atividades de intervenção relacionadas com a economia azul, tem uma população de 21.767 habitantes, dos quais 8.312 são locais e 13.455 deslocados internamente (IDP). O Ibo faz parte da Reserva da Biosfera das Quirimbas e representa o distrito mais populoso e, portanto, mais vulnerável, tanto a nível ambiental como socioeconómico. A actividade económica mais praticada é a pesca artesanal, da qual depende 85% da população, enquanto os restantes 15% realizam actividades relacionadas com o turismo e a agricultura (Perfil do distrito do Ibo, 2020). As mulheres representam 50% da força de trabalho, envolvidas principalmente em atividades menos lucrativas, como a apanha de marisco, processamento e comercialização de pescado.<sup>4</sup> No distrito do Ibo, 40% do pescado é vendido localmente, enquanto 60% é transportado para fora utilizando sistemas tradicionais de conservação (SDAE Ibo, 2024), uma vez que actualmente não existe no local uma cadeia de frio estruturada que permita a conservação do pescado. A comercialização do pescado é dominada por pequenos comerciantes informais que compram o pescado fresco no local de desembarque ou já seco nas casas dos pescadores artesanais. Nas ilhas realiza-se uma considerável secagem ao sol, o produto é vendido no mercado pelos pescadores ou seus cônjuges, ou os comerciantes compram o peixe nas zonas e transportam-no para os principais mercados. A comercialização de peixe fresco ocorre principalmente perto dos locais de desembarque e onde existe demanda para espécies de peixe fresco de elevado valor. Quando não há gelo disponível, o peixe fresco é transportado sem refrigeração em bicicletas ou carrinhas até ao mercado mais próximo, com todas as questões de higiene e frescura associadas a esta prática. Quando há gelo disponível, o peixe é refrigerado e transportado para os principais mercados. No entanto, as práticas de transporte devem ser melhoradas para garantir a qualidade e segurança do produto. As estatísticas disponíveis mostram que cerca de 70% do pescado capturado é retirado da zona entremarés ou de águas com menos de 2 metros de profundidade, quer pela arte tradicional da pesca praticada no local, quer pela falta de meios e equipamentos adequados necessários à exploração da zona. áreas mais profundas. De facto, acredita-se que existe um grande potencial de recursos nas zonas mais profundas

---

<sup>4</sup>Estratégia de Género de Moçambique 2022

(entre 5-20 metros) e na faixa que inclui a parte mais profunda do plano infralitoral e uma porção importante do plano circalitoral (entre 20 e 200 metros) (FAO, 2022). O sector da pesca artesanal está sujeito, para além de problemas de produção primária que limitam o desenvolvimento do mercado, como o mau estado das estradas de ligação, a falta de produção de gelo e casas de gelo isoladas, a ausência de instalações de armazenamento e do processamento, e a falta de fiabilidade dos meios de transporte (marítimo e terrestre).

As principais dificuldades encontradas através da pesquisa realizada in loco confirmam os dados apresentados pela avaliação<sup>5</sup> realizadas pela FAO em 2022: condições económicas precárias ligadas à prática de atividades de subsistência, acesso deficiente ao crédito, competências e equipamentos limitados para o desenvolvimento de potenciais cadeias de abastecimento. A promoção das cadeias de recursos marinhos e costeiros é também dificultada pelas fracas infraestruturas existentes e pelas condições complexas das rotas de acesso à ilha, que também limitam o desenvolvimento de um mercado estruturado de vendas e comércio, orientado para a exportação. O pescado é armazenado no barco sem nenhum sistema de conservação, fator que define um alto risco ligado à venda e ao lucro relativo dos pescadores. Além disso, a necessária actividade pesqueira diária tem um impacto negativo na sustentabilidade ambiental, criando uma situação de elevada vulnerabilidade, ligada não só às condições ditadas pelas alterações climáticas, mas também a um ecossistema marinho degradado devido à forte pressão humana exercida sobre os recursos naturais.

Além disso, a cidade do Ibo tem uma história rica de trocas de influências diversas, tanto árabes como portuguesas, tem uma arquitetura particular e possui um rico património histórico e cultural que necessita de ser valorizado, tanto para a protecção da identidade e das tradições locais, como para promover oportunidades económicas relacionadas. A arquitetura apresenta singularidades que tornam o conjunto urbano único e refletem uma profunda interacção entre os povos africanos e outras culturas, tanto próximas, no Oceano Índico, na Arábia e na Pérsia, como distantes, na Europa e no Oriente. Esta interacção manifesta-se também em todos os aspectos da cultura, tornando o contexto urbano e cultural digno de um esforço especial para a sua valorização e conservação. Por estas razões, a Direcção Nacional do Património Cultural lançou um programa de estudos sobre o património da ilha, material e imaterial, com o objectivo de preparar o processo de inscrição da Ilha do Ibo como património da UNESCO. Iniciativas anteriores, em particular a implementada pelo UN-HABITAT com a UNESCO e a ILO, iniciaram estudos/inquéritos (realizados com a organização ARCHIMEDIA) para a definição de um plano de gestão do património cultural do Ibo. A Direcção Provincial de Turismo e Cultura tem manifestado a necessidade de sistematizar a informação relativa ao rico património histórico, cultural e arquitetónico presente no distrito do Ibo, recolhendo-a numa plataforma, como o ecomuseu digital, acessível a terceiros, à espera de as condições de segurança melhoram. O acesso de terceiros a informações valiosas prepara o terreno para o florescimento das actividades turísticas na área, dado o grande potencial existente que este sector representa para o desenvolvimento económico local.

Para melhorar a conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros, têm sido realizadas no Ibo actividades de restauração de mangais em zonas severamente desmatadas, levadas a cabo por OSC locais,

---

<sup>5</sup> Apoiar a avaliação dos danos no sector das pescas pós-conflito, FAO, 2022

em particular na sequência da destruição destes habitats causada pelos impactos do Ciclone Kenneth . Ao mesmo tempo, uma série de iniciativas para promover actividades alternativas geradoras de rendimento foram introduzidas de forma experimental, com o objectivo de reduzir a dependência das comunidades da pesca e, portanto, a pressão sobre os recursos marinhos. Trata-se de projetos-piloto, actualmente liderados pelo OSC ASMOG local em coordenação com as instituições nacionais e o centro de investigação CEPAM, mas para os quais até à data não foi realizada nenhuma análise relativamente à expansão e às oportunidades de investimento.

Globalmente, as intervenções das OSC no distrito do Ibo seguem uma abordagem integrada que se implementa transversalmente nas componentes de conservação ambiental e educação ambiental, promoção de actividades de geração de rendimento (cadeia de abastecimento de café, agricultura-horticultura), formação técnica de jovens e construção de infraestruturas resilientes, bem como o acesso a serviços (em particular, cuidados de saúde, lavagem e gestão de resíduos) para melhorar as condições de vida e proteger os recursos naturais.

As OSC possuem competências técnicas específicas adaptáveis ao contexto, gestão in loco do projeto, conhecimento do contexto e relações com instituições públicas, meios e recursos humanos específicos para implementar e monitorizar as actividades com os beneficiários, através de uma abordagem participativa, promovendo o desenvolvimento local. As principais experiências verificadas no Ibo podem ser resumidas da seguinte forma:

**Instituto Oikos**, activa desde 2013 no Ibo, trabalha principalmente na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, na promoção da cadeia de abastecimento do café, construção de abrigos resilientes, economia circular. Em particular, no Ibo mencionamos o seu projecto concluído em 2018 financiado pela AICS Pharo com foco na conservação e estudo ambiental destinado a promover actividades alternativas geradoras de retornos. A ONG também promove projectos de adaptação às alterações climáticas na Província de Cabo Delgado, fortalecendo a capacidade das comunidades costeiras para resistir a desastres naturais como ciclones e inundações, e promovendo a cadeia de abastecimento relativa aos recursos marinhos e costeiros, bem como apoiando actividades ligadas à pesca sustentável.

**AVSI** (Associação de Voluntários para o Serviço Internacional) opera na província de Cabo Delgado, intervém no Ibo desde 2019 em resposta aos impactos do Ciclone Kenneth com projectos que visam melhorar as condições de vida das comunidades e refugiados internos, através de actividades de protecção infantil, educação e nutrição, formação profissional

**WWF (Fundo Mundial para a Natureza)** trabalha na conservação da biodiversidade marinha e na protecção dos ecossistemas costeiros. A WWF apoia a gestão sustentável dos recursos marinhos e ajuda a mitigar os efeitos das alterações climáticas. Até 2015 foi co-gestor do Parque das Quirimbas.

**ASMOG**, OSC local, intervém no Ibo desde 2017, centra a sua atenção na promoção das cadeias de recursos marinhos e costeiros, em coordenação com as autoridades locais e provinciais, universidades e comunidades. Durante 2023 proporcionou formação a: 10 jovens locais em técnicas experimentais de cultivo de macroalgas, 60 pescadores formação em técnicas de engorda de caranguejo; 4 sistemas experimentais de cultivo de macroalgas instalados e operacionais com aproximadamente 3,5 toneladas de

algas. Também retomou o sistema de monitorização orientado para a gestão comunitária em colaboração com a Reserva da Biosfera, criou uma zona temporária de proibição de pesca na comunidade de Arimba, trabalhou na reflorestação de mangais nas áreas degradadas da ilha do Ibo, na protecção dos ninhos de tartarugas marinhas e compilou informações sobre a apreensão de 6 toneladas de caranguejos contrabandeados.

Outra organização local a operar no Ibo é a Fundação Ibo, focada na formação técnica (carpintaria, eletricidade, turismo e outras actividades económicas) e na sensibilização comunitária.

Outras organizações internacionais, como a OIM, FAO, PAM, UNICEF, UNESCO, ILO e UN-HABITAT intervêm no distrito do Ibo para apoiar o acesso à saúde, água e higiene, melhoria da segurança alimentar, apoio aos refugiados internos (construção de abrigos, promoção de actividades económicas sustentáveis, como agricultura, horticultura, economia circular, construção civil). Um projeto piloto de reciclagem de plástico foi lançado pela OIM e pela OIKOS em colaboração com a ASMOG para reduzir os impactos ambientais dos resíduos, aumentar a consciência ambiental e fornecer uma fonte de rendimento (recolha financiada de resíduos recicláveis).

A identificação dos problemas e contrapartidas foi favorecida pelo conhecimento do contexto, o que ocorreu graças ao acompanhamento deste gabinete da AICS na implementação de dois programas implementados no Ibo, concretamente o “AID11671 Mais valores”, ligado ao desenvolvimento da cadeia de valor do café (implementada pela UNIDO com a colaboração da Oikos e Asmog), e “AID 12042 Rino: Recursos, Inovação, Áreas de Conservação”, com o objectivo de melhorar a resiliência social, económica e infraestrutural do distrito do Ibo, também através da salvaguarda de o património histórico cultural (gerido pelo UN-HABITAT em colaboração com a ILO e a UNESCO), que realizou o Plano de Reconstrução Resiliente do Ibo, aprovado pelas autoridades.

Além disso, nota-se coerência com o que emergiu do “AID 11684 Mapquibo”, programa que visa a conservação do Parque Nacional da Biosfera das Quirimbas, implementado pela UNESCO, que resultou na criação do Plano de Gestão e Negócio da Reserva da Biosfera das Quirimbas, com o objectivo de apoiar a gestão sustentável dos recursos naturais, a protecção dos ecossistemas e da biodiversidade, também através do desenvolvimento de oportunidades económicas.

A lógica de intervenção proposta foi então revista pelas autoridades nacionais ligadas à economia azul, com as quais este gabinete colabora no âmbito de uma iniciativa ligada à economia azul, A-GEO AID 12550 e à conservação dos mangais, MANGROWTH AID 12432, em além da participação das mesas temáticas da economia azul. Além disso, a literatura existente relativa ao actual quadro regulamentar foi analisada no que diz respeito aos elementos emergentes das avaliações realizadas, em particular pela FAO sobre a pesca nas zonas afectadas por ataques terroristas e pela USAID sobre as oportunidades de promoção de actividades da Economia Azul em Moçambique, para identificar as actividades do projecto. Embora não exista uma análise detalhada e rica em dados quantitativos, dada a falta de estudos específicos no sector, em particular para a região de Cabo Delgado, as avaliações reportadas oferecem indicações importantes sobre as actividades a prever na lógica de intervenção e a implementar, em apoio ao quadro regulamentar presente mas ainda não implementado, visando colmatar as lacunas verificadas em matéria científica (avaliação do estado actual do bem-estar biológico dos ecossistemas e da biodiversidade, bem como a identificação dos efeitos nos ecossistemas causados por os impactos das alterações climáticas) e em

questões económicas- produtivas (não há análise quantitativa sobre as oportunidades económicas na província de Cabo Delgado ligadas ao desenvolvimento da Economia Azul, para além da análise geral fornecida pela Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul da EDEA ).

**Identificação dos beneficiários** (4.460, dos quais 40% são mulheres) é o resultado de reuniões com autoridades locais e nacionais para definição de prioridades de intervenção, entrevistas e grupos focais com associações locais e representantes comunitários. Especificamente:

- 3800 Pescadores presentes e activos no distrito do Ibo (SDAE, 2023);
- 315 mulheres integrantes da Associação de Mulheres Coletoras do Ibo Polvo;
- 4 Conselhos Comunitários de Pesca do Ibo<sup>6</sup>;
- Cooperativa de conservação do peixe Tiwomeni no Ibo (25 membros, incluindo 5 mulheres);
- 150 jovens Ibo, dos quais 50% são mulheres;
- 20 técnicos Autoridades locais ligadas à economia azul (ADNAP, IDEPA, Município do Ibo, Administração Distrital do Ibo, INAMAR, INOM, Direcção Provincial de Turismo e Cultura, Direcção Provincial de Actividades Económicas, Parque Nacional das Quirimbas);
- 10 funcionários de autoridades nacionais e 20 provinciais ligados à economia azul (MIMAIP, MTA);
- 5 OSC locais – associações locais<sup>7</sup>;
- Centro de pesquisas CEPAM (29 contratados).

No inquérito realizado, para intervir numa abordagem de *mainstreaming* de género, foram destacados os principais pontos:

1. Investir na literacia de género ao nível das autoridades locais, uma vez que são as instituições locais que, em última análise, interagem com as mulheres nas comunidades, promovem o acesso à inovação tecnológica.
2. Evitar criar trabalho adicional não remunerado para as mulheres ou envolvê-las em atividades que não gerem rendimentos a longo prazo, especialmente para os mais vulneráveis.
3. Adoptar uma abordagem de género para permitir que as partes interessadas integrem de forma transversal desde o início das intervenções.
4. Incluir preferências culturais e religiosas na definição das actividades e da logica de intervenção, uma vez que desempenham um papel significativo na formação de normas sociais, valores e papéis de género, que têm impacto directo no acesso das mulheres às oportunidades e ao poder de tomada de decisão.
5. Considerar quebrar a reprodução intergeracional de actividades, investindo na alavancagem das aspirações locais para produzir mudanças sustentáveis.
6. Investir para compreender melhor a relação entre as comunidades e as áreas de conservação, especialmente em termos de acesso aos meios de subsistência, para que as intervenções relacionadas com a conservação possam ser mais inclusivas para as comunidades, incluindo as mulheres, e possam mitigar melhor as consequências das mudanças sustentáveis.

### **3. Objetivos, resultados esperados e atividades.**

---

<sup>6</sup> Ilha do Ibo: 20 membros (16 homens e 4 mulheres), Ilha da Quirimba: 16 membros (10 homens e 6 mulheres), Ilha do Quirambo: 10 membros (8 homens e 2 mulheres), Ilha do Matemo: 22 membros (16 homens e 6 mulheres) )

<sup>7</sup> Fórum das Organizações da Sociedade Civil para a Área Marinha e Costeira (FOSCAMC), Governo e Organizações da Sociedade Civil da Área Marinha e Costeira (GOSCAM)

O objetivo da intervenção pretende apoiar o empoderamento económico e social das comunidades costeiras, através do desenvolvimento de atividades alternativas, mas sustentáveis ligadas à economia azul, de forma a reduzir a sua dependência de formas de exploração insustentável dos recursos naturais, e gerar melhorias na conservação do ecossistema marinho e costeiro em Moçambique.

Esta acção visa ultrapassar as principais dificuldades sentidas pelas comunidades locais, constituídas principalmente por pescadores e mulheres locais e suas famílias, através da adopção de uma abordagem integrada e ecossistémica, que visa promover cadeias de abastecimento sustentáveis ligadas aos recursos marinhos e costeiros, mantendo um equilíbrio ecológico dos ecossistemas. A intervenção proposta prevê a obtenção de dois resultados principais:

1. **Fortalecer as capacidades técnico-institucionais-científicas das instituições nacionais e locais para criar e implementar mecanismos de coordenação e governação**, a fim de implementar e operacionalizar instrumentos e políticas nacionais alinhados com as convenções internacionais, bem como incentivar a sua divulgação e o respetivo acompanhamento. Propomos a adopção de uma dupla abordagem (institucional e científica) para garantir, por um lado, a consolidação institucional de competências, ferramentas e recursos, visando melhorar de forma eficaz e eficiente o planeamento e gestão integrada sustentável da área costeira e marinha, garantindo a sustentabilidade dos benefícios proporcionados pelos ecossistemas considerados, e promover a gestão e administração de áreas protegidas<sup>8</sup>; por outro lado, o reforço da resiliência do ecossistema marinho através da investigação científica e da promoção de tecnologias inovadoras. Estas ferramentas inovadoras serão desenvolvidas com o objectivo de melhorar a monitorização do estado de conservação das zonas costeiras e dos recursos marinhos, de modo a permitir o desenvolvimento de conhecimento científico e institucional para apoiar o desenho de estratégias de mitigação e políticas ambientais eficazes, introduzindo uma melhor coordenação entre os vários actores multisectoriais envolvidos.

As atividades propostas neste componente incluem:

1.1 Formação de técnicos de instituições locais e nacionais em planeamento e gestão integrada da faixa costeira e marinha e investigação científica (dos quais 50% atribuídos a mulheres), também com bolsas internacionais. A formação será organizada por gestão direta e incentivará a aquisição de conhecimentos comuns, para melhorar a capacidade de diálogo entre as instituições para garantir o alinhamento das intervenções com o atual quadro regulatório. Esta formação inclui também a finalização de planos de gestão sustentável da pesca a serem implementados na província de Cabo Delgado. Esta actividade responde à fraca capacidade das instituições para implementar os regulamentos relativos à gestão dos recursos marinhos e costeiros, preenchendo o nível limitado de conhecimento técnico existente a nível provincial em comparação com o quadro regulamentar existente. A formação de técnicos a nível distrital e provincial visa também, em segundo lugar,

---

<sup>8</sup> Em apoio à redefinição em curso do zoneamento e dos mecanismos de protecção em curso, conforme acordado pelo Governo moçambicano no que diz respeito aos compromissos internacionais assinados ("Abordar a mudança nos contextos de governação e objectivos de desenvolvimento no Parque Nacional das Quirimbas, Moçambique", Alima et al. Governança e rezonamento das Quirimbas NP.pdf ([nairobi-convention.org](http://nairobi-convention.org)))



incentivar o acompanhamento das comunidades na gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros e no cumprimento da regulamentação existente (como a eliminação da nociva arte da pesca de arrasto, a deflorestação e a correspondente destruição de habitats como manguezais). Considera-se útil considerar nesta actividade uma possível ligação com o sistema italiano, dada a rica experiência dos centros de investigação na gestão integrada dos recursos marinhos e costeiros. O plano de formação será definido no primeiro semestre do lançamento do programa com as instituições envolvidas em conjunto com o ministério do MIMAIP, após verificação das lacunas específicas a colmatar, analisadas na fase inicial através da criação de um seminário. Actividades da responsabilidade da gestão directa, dadas as relações desenvolvidas com o ministério e as instituições envolvidas, de forma a garantir a interacção entre as instituições nacionais e provinciais.

1.2 Assistência técnica na gestão e administração de áreas protegidas, actividade dirigida principalmente aos responsáveis do Parque da Biosfera das Quirimbas, com o objectivo de melhorar a capacidade de gestão e garantir a protecção dos recursos, mas ao mesmo tempo envolvendo as comunidades da área tampão e os recursos disponíveis de forma sustentável.

A assistência técnica deve, de facto, incluir a formação dos guardas-florestais e do pessoal da Unidade de Gestão do Parque em técnicas de monitorização, implementação de estratégias de supervisão, instalação de equipamentos de monitorização, tais como dispositivos GPS, para prevenir actividades ilegais. Será realizada uma análise SWOT no início da iniciativa para identificar pontos fortes e fracos, em apoio e revisão do apresentado no plano de gestão e de negócios elaborado para a Reserva da Biosfera (UNESCO, programa AID 11684). Os resultados detectados permitirão melhorar a verificação dos resultados relativos a esta actividade e definir eventuais percursos de formação e aquisição de equipamentos necessários. A assistência técnica visa também reforçar a capacidade de identificação de áreas degradadas para a sua restauração e monitorização, envolvendo a comunidade, através do estabelecimento de acções piloto conjuntas.

1.3 Criação de mecanismos de networking-plataforma de coordenação entre as instituições envolvidas na gestão da política marítima, atentas à igualdade e inclusão de género. Esta actividade reflete uma acção prioritária para o governo moçambicano, inserida nas acções estratégicas da EDEA. Esta actividade será desenvolvida pela sede da AICS: aliás, acredita-se que a gestão directa pode garantir um maior apoio às instituições, dada a relação desenvolvida com as instituições públicas envolvidas, nomeadamente com o Ministério do Mar (MIMAIP), à luz do quadro regulamentar nacional e internacional existente. O perito técnico elaborará um plano de trabalho em conjunto com as instituições, que inclui reuniões regulares entre as instituições identificadas e entre os diferentes níveis envolvidos (nacional, regional e local) para a definição participativa de um TdR do mecanismo a ser criado e implementado. A plataforma de coordenação pretende, de facto, definir papéis e responsabilidades entre as diferentes instituições envolvidas, e entre os diferentes níveis, identificar uma forma de partilha de dados e informações, bem como apoiar a implementação dos regulamentos através da troca de experiências positivas verificadas. Para a sua implementação considera-se também necessário envolver também as organizações internacionais e os doadores envolvidos no grupo de trabalho da Economia Azul.

1.4 Aquisição de equipamentos, para apoio à gestão e monitorização dos planos de gestão das pescas e acções definidas. Os equipamentos serão identificados após reuniões com as diversas instituições

apoiadas pelas formações, para garantir a sua capacidade de intervenção. Esta atividade está diretamente ligada à atividade 1.1 e 1.2.

1.5 Apoio a ações de investigação científica sobre o bem-estar dos ecossistemas marinhos e costeiros, no específico a implementação de investigação sobre os impactos da contaminação por microplásticos nos recursos marinhos, incluindo a identificação de soluções de tratamento de água que removam eficazmente os microplásticos. A actividade proposta foi solicitada pelo CEPAM, para responder à crescente preocupação relativamente aos elevados níveis de poluição marinha verificados internacionalmente, especialmente no que diz respeito aos microplásticos com particular enfoque nos possíveis impactos na cadeia alimentar, respondendo às prioridades de investigação nacionais identificadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional (2023-2033), aprovado pelo INOM e alinhado as ações de investigação identificadas pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Economia Azul. Dada a situação complexa da Província, tanto no que diz respeito à segurança como à presença de actividades mineiras, a análise proposta nesta primeira fase visa focalizar a atenção na contaminação por microplásticos e na biomonitorização da qualidade das costas utilizando biomarcadores de stress ambiental, para identificar medidas de mitigação, ações a serem implementadas a nível local, que podem então ser replicadas a nível nacional. O centro identificou esta temática, após reuniões com a AICS e as autoridades nacionais, apresentando também a relativa proposta económica para a sua realização, partilhada com o Departamento de Ciências da Terra, Ambientais e da Vida (DISTAV), da Universidade de Génova, dada a vasta experiência de investigação do departamento neste setor. Com efeito, o Departamento DISTAV apoiará a actividade de investigação do CEPAM, promovendo uma troca de *know-how* entre os dois polos de investigação.

1.6 Criação de redes entre instituições de investigação a nível local, nacional, regional e internacional, promovendo a participação de jovens e mulheres em bolsas internacionais, em colaboração com universidades italianas e centros de investigação internacionais. Esta actividade visa melhorar as capacidades de investigação científica para colmatar a grave carência de dados e levantamentos presentes na província de Cabo Delgado e de conhecimento da biodiversidade presente na Reserva da Biosfera das Quirimbas. Serão envolvidos centros de investigação do sistema italiano.

1.7 Implementação de um sistema de monitoramento através da promoção de tecnologias inovadoras para o estudo do bem-estar dos ecossistemas, e promover a coleta de dados sobre os ecossistemas marinhos e seu estado atual de conservação, com vista a identificação de áreas degradadas para acompanhar as evoluções no face às intervenções de restauração promovidas com atividades comunitárias e à medição dos resultados alcançados, tendo em consideração as experiências anteriores realizadas por outras organizações envolvidas neste setor. Graças às capacidades criadas através das actividades 1.1, relativas às instituições e 1.6, relativas à componente científica, pretendemos criar uma ferramenta específica a implementar para colmatar a reduzida capacidade de conservação actualmente verificada no local, de forma a incentivar o desenvolvimento de ações de conservação adaptação/mitigação adequada. A forma de definição do sistema de monitoramento, seu funcionamento e aplicação será definida pela proposta de projeto recebida da entidade implementadora selecionada, constituindo critério de avaliação para sua seleção no que diz respeito aos resultados esperados definidos. Espera-se o apoio técnico-científico para esta atividade por parte das universidades, tanto locais como dentro do sistema italiano.

1.8 Divulgação de ações de investigação científica realizado através de workshops e seminários nacionais e regionais, para aumentar a visibilidade das intervenções realizadas e dos resultados das pesquisas realizadas. Esta atividade visa também reforçar a rede entre os vários centros de investigação nacionais e regionais ligados à economia azul.

2. **Reforçada a função e a apropriação das comunidades para valorizar e gerir o património cultural e marinho-costeiro, reduzindo os efeitos negativos das atividades antrópicas, através da promoção de atividades geradoras de rendimento com vista à “economia azul sustentável”,** especialmente no que diz respeito ao sector da pesca artesanal ou de pequena escala, incluindo a identificação de oportunidades alternativas ou complementares, significativas do ponto de vista da sustentabilidade (como a aquacultura-maricultura, o ecoturismo/"turismo de pesca", a apicultura nos mangais, o processamento de sal ), alguns já activos à micro escala, para desenvolver cadeias de valores conexas, através do reforço das relações com o sector privado, de uma melhoria adequada do conhecimento local e dos meios/equipamentos disponíveis, da criação de condições de acesso ao mercado, bem como a melhoria da infraestrutura. Será promovida uma abordagem de integração do género, considerando a necessidade urgente de aumentar a liderança dos jovens e das mulheres no desenvolvimento económico local, na gestão sustentável dos recursos naturais e na adaptação climática. Em paralelo, durante toda a duração do programa, serão promovidas campanhas específicas de sensibilização dirigidas às comunidades, utilizando conhecimentos e tradições locais sobre a gestão comunitária sustentável dos recursos, que serão identificadas, incluídas e apresentadas no ecomuseu digital, através de investigação participativa e comunitária, incluindo jovens e mulheres, particularmente vocacionado para o estudo da evolução da arte da pesca artesanal em relação à ambiental verificada no mar. Retraçar as tradições promoverá também a compreensão das alterações ecológicas e climáticas ocorridas, que exigem a adopção de novas técnicas e a promoção de novas cadeias de abastecimento, de forma a garantir a sustentabilidade ecossistémica e socioeconómica.

As atividades previstas são as seguintes:

2.1 Formalização dos CCPs e apoio técnico aos CCPs, incluindo a promoção da participação das mulheres nos processos de tomada de decisão. Para realizar atividades de fiscalização da pescaria sustentável e sensibilizar as comunidades, o Conselho Comunitário de Pescas deve ser legalizado e assegurar a aprovação do seu estatuto. O apoio técnico facilitará a verificação da gestão comunitária das pescas, da capacidade tributária e da promoção de actividades co-decidas pela comunidade.

2.2 Identificação e implementação de atividades geradoras de rendimento ligadas à economia azul sustentável, garantindo que as mulheres tenham igualdade de acesso, em particular ao setor da maricultura (macroalgas em particular), processamento de peixe e marisco, apicultura em mangais, economia circular (promoção da reciclagem de plástico) e o ecoturismo, fortalecendo-integrando atividades já em curso, para expandi-las, tanto a nível qualitativo como quantitativo.

Será realizada uma análise inicial no distrito para verificar as actividades já activas e realizadas em micro-escala pelas comunidades com o apoio da OSC ASMOG. A análise permitirá verificar a sustentabilidade económica e ambiental no que diz respeito às potenciais atividades a serem implementadas. Posteriormente terá lugar a fase de identificação dos intervenientes e, portanto, o início das atividades, incluindo um curso de formação e apoio técnico para o arranque e expansão da ação. Relativamente às atividades identificadas, será posteriormente desenvolvido um estudo de viabilidade (análise custo-benefício), também no que diz respeito ao contexto de segurança verificado.

2.3 Promoção de atividades de marketing ligadas às atividades da economia azul, graças ao envolvimento dos jovens e das mulheres, para apoiar o empoderamento adequado, através da promoção da tecnologia e da inovação, para garantir a comercialização e o apoio às cadeias de abastecimento criadas. Para incentivar esta actividade, será instalado no Ibo um centro informático multimédia, a funcionar através de sistema solar, para fazer face aos contínuos problemas de interrupções de energia existentes na ilha e estimular os jovens na aquisição de know-how digital. O centro multimédia também servirá como centro de treinamento. O centro pretende também oferecer a possibilidade de ligação à Internet dirigida aos jovens, para aumentar o acesso à informação, reduzindo parcialmente as barreiras de comunicação actualmente presentes no distrito.

2.4 Criação de um ecomuseu digital para a protecção do rico património cultural local e das tradições de gestão dos recursos marinhos e costeiros<sup>9</sup>. Esta actividade permitirá por um lado identificar e conservar as práticas de pesca artesanal adoptadas no passado pelos pescadores do Ibo, comparando a utilização das diferentes artes face às evoluções climáticas e ecossistémicas ocorridas, para incentivar a adopção de novas técnicas menos invasivas e mais sustentável, assegurando ao mesmo tempo a protecção das tradições. A utilização de uma metodologia participativa também garantirá uma maior compreensão da necessidade de conservação dos ecossistemas marinhos, sublinhando a importância do conhecimento local e tradicional. Esta medida visa também dar a conhecer o rico património do Ibo e a sua conservação, abrindo caminho à criação de um próximo museu marítimo no Ibo, com o objectivo de incentivar o turismo, quando a situação de segurança for restaurada.

2.5 Criação de áreas protegidas em áreas costeiras e marinhas para a conservação dos ecossistemas, com envolvimento comunitário e através de apoio científico-institucional. Ao envolver os CCP, pretendemos implementar um sistema de monitorização comunitária para verificar as áreas mais degradadas onde intervir, criando santuários para a protecção de habitats degradados (particularmente recifes de coral). Será feita referência às experiências anteriormente implementadas para a sua identificação e para a definição do plano de gestão da área, que pela sua natureza, sendo de base comunitária, deverá ser desenvolvido através da adopção de uma metodologia participativa. Serão assim realizadas sessões de grupos de trabalho envolvendo os CCP para definir a metodologia de implementação, gestão e monitorização de forma participativa. A abordagem do sistema de monitorização de base comunitária será promovida para encorajar uma maior sensibilização da comunidade para a necessidade de conservar os habitats marinhos naturais e garantir o respeito pelo ciclo biológico de reprodução dos recursos marinhos e costeiros, em particular no que diz respeito à sustentabilidade dos recursos haliêuticos. Esta actividade apoiará também o cumprimento dos novos regulamentos de pesca (Regulamento das Pescas 89/2020), tais como a abolição da pesca de arrasto (artigos 52.º e 170.º), arte habitualmente utilizada pela maioria dos pescadores. Esta actividade está interligada com a actividade 1.3, ligada à gestão de áreas protegidas pela administração da Reserva da Biosfera das Quirimbas. Ao contrário da actividade 1.3, que visa melhorar as capacidades de gestão da administração do parque, esta actividade visa aumentar o envolvimento da comunidade na protecção dos ecossistemas naturais. A definição detalhada da actividade será apresentada pelo órgão executor na proposta de projeto seleccionada.

2.6 Apoio técnico e formação para a introdução de práticas de pesca eco-sustentáveis, incentivar o respeito pela pesca sustentável e pelo processo de retirada da rede de arrasto, propondo a utilização

---

<sup>9</sup>Durante 2023, os primeiros levantamentos foram realizados pela organização Archimedia Trust em Outubro de 2023 no âmbito de uma consultoria para a UNESCO, incluindo a proposta de criação do ecomuseu discutida com o distrito, o parque e a província de Cabo Delgado.

de ferramentas menos impactantes, recorrendo sempre que possível a soluções locais, alcançáveis com materiais no local e custos sustentáveis, facilmente replicáveis (como dispositivos de agregação para pesca -FAD, gaiolas). A partir de algumas experiências interessantes realizadas nas regiões vizinhas (Tanzânia) e no local (promovidas pela associação ASMOG), tendo sido assegurado o apoio institucional, prevê-se uma identificação participativa prévia com os pescadores no que diz respeito às metodologias aceites em relação às diferentes artes de pesca praticadas. Para além da distribuição dos equipamentos propostos, está prevista uma fase inicial de formação e apoio, também para poder verificar os resultados e fazer uma avaliação das práticas introduzidas, quanto à sua replicabilidade, para depois serem confiadas às CCP, chamadas a acompanhar todas as fases do processo. De facto, esta actividade poderá constituir uma possível fonte de rendimento para as CCP, garantindo a sustentabilidade do seu funcionamento e monitorização.

2.7 Apoio a atividades de divulgação de práticas relacionadas com a economia azul sustentável na comunidade, envolvendo jovens e mulheres na promoção de tecnologias inovadoras, a partir do centro multimédia digital. Esta actividade visa formar um grupo de jovens e mulheres em tecnologias inovadoras (TIC) de forma a garantir a visibilidade das actividades desenvolvidas, mas sobretudo criar capacidades específicas que visem a comercialização das actividades realizadas para apoiar o desenvolvimento e o mercado. da cadeia de valor dos recursos marinhos e costeiros. Queremos criar um caminho que vise apoiar a ligação com o setor privado para a promoção de cadeias de abastecimento, diretamente ligadas à atividade 2.8. Esta actividade foi também solicitada pelo distrito do Ibo e pelo município para incentivar a participação dos jovens no desenvolvimento local graças à formação técnico-digital. O organismo de execução selecionado proporá um programa de formação específico. O centro multimédia digital, graças à ligação por satélite e à utilização de sistemas solares (para ultrapassar os recorrentes cortes de energia vividos na ilha), pretende incentivar a recolha, o reprocessamento e a comunicação de dados para apoiar diversas atividades: acolhe a plataforma ecomuseu digital e oferece espaço para entrada de dados, promove a recolha de dados digitais para monitorização dos ecossistemas marinhos e costeiros, permite a promoção-marketing do desenvolvimento sustentável de atividades ligadas à economia azul. O espaço (a identificar com as autoridades locais) acolhe também a formação de diversas atividades que incluem a utilização de tecnologias inovadoras previstas no projeto.

2.8 Envolvimento do setor privado para promover cadeias de abastecimento ligadas às atividades da economia azul, para garantir o mercado e a sustentabilidade das cadeias de abastecimento promovidas. Esta atividade deve ser realizada em estreita relação com os beneficiários das atividades da economia azul promovidas e com as autoridades locais. A Administração das Pescas, em particular, notou que as instituições públicas recebem pedidos do sector privado para encorajar o contacto com os produtores locais. Pretende-se, portanto, criar uma rede de sinergia entre a demanda (particulares) com a oferta (actividades que visam promover a cadeia de abastecimento de recursos costeiros e marinhos sustentáveis) interligando a intervenção das autoridades locais. Devem ser planeados workshops e reuniões para identificar os intervenientes interessados do setor privado e promover a ligação com as atividades relacionadas com a economia azul implementadas, a fim de melhorar a sua sustentabilidade económica.

Especifica-se que a definição detalhada do modo de implementação das atividades, e da sua metodologia de intervenção, estrutura e organização será definida na proposta de projeto selecionada, apresentada pela entidade implementadora, constituindo um importante elemento de avaliação, que será analisado e considerado pela comissão.

O programa inclui uma fase inicial de inception, duração de três meses, na qual serão realizadas avaliações específicas da situação inicial, também através da organização de workshops com os grupos-alvo beneficiários envolvidos, com as OSC locais e internacionais envolvidas no distrito e com outros doadores, para recolher qualquer informação que possa facilitar o correcto planeamento das actividades. A fase inicial permitirá também a definição do valor inicial dos indicadores, para os quais não existem dados oficiais atualizados, a recuperar através de grupos focais e análises de campo. A fase inicial também influencia positivamente a sustentabilidade socioeconómica das actividades planeadas, graças à criação de um mapeamento claro da situação actualizada no local e das oportunidades a serem exploradas, capacidades reais e recursos disponíveis, em comparação com o mercado local e provincial. No que diz respeito ao plano de trabalho a estruturar com as instituições, este será definido detalhadamente na fase inicial, tendo em conta as próximas eleições presidenciais e provinciais agendadas no país para 9 de Outubro de 2024, para as quais poderão ocorrer alterações na gestão do instituições envolvidas (relativas tanto à identificação das prioridades definidas como aos recursos humanos). Portanto, não foi possível prever nesta fase a natureza da formação, dos investimentos e da consultoria a realizar no que diz respeito às intervenções geridas diretamente, mas foram identificadas as necessidades, os recursos financeiros e os atores a envolver para alcançar os resultados esperados e verificar os impactos esperados. O plano de trabalho específico será, portanto, definido no início do programa e apresentado ao Comité Diretor para aprovação.

Além disso, esta fase inicial também seguirá o início das atividades financiadas pelo programa ENI. A ENI, aliás, pretende implementar um projecto, a arrancar até ao final de 2024, no Ibo, para melhorar a capacidade de geração de rendimentos dos pescadores, agricultores e comerciantes do distrito do Ibo, através do fortalecimento das suas organizações e da sua capacidade empreendedora. (pesca/agricultura). Na sequência da partilha da ideia do projecto de intervenção deste site com a ENI (MoU assinado entre as partes que prevê reuniões periódicas de actualização para avaliar novas interações e verificar o andamento das actividades), a ENI apresentou a sua dotação financeira (500.000 Eur) e tempo (12 meses) disponível para ser alocado para esta intervenção no distrito do Ibo. Dadas as necessidades da ENI de iniciar o programa até ao final do ano, o orçamento limitado disponível e o curto tempo de implementação previsto, as partes decidiram cooperar na definição da lógica de intervenção, na estruturação das actividades e na identificação dos beneficiários, indo construir os dois interligados programas, pelo que a intervenção da ENI constitui uma primeira fase das actividades a implementar com a iniciativa proposta em questão. A ENI construiu a sua acção com base na análise de necessidades efectuada por este gabinete, de forma a alinhar-se com os resultados. A estreita relação entre os dois programas e a sua complementaridade favorece uma melhor sustentabilidade das ações propostas, evita qualquer duplicação nas intervenções e fortalece a obtenção dos resultados esperados, de forma a obter um maior impacto e garantir uma melhor eficiência na utilização dos recursos.

Dadas as frequentes alterações nas condições de segurança na província, espera-se a necessidade de garantir uma forte coesão com a rede de organizações presentes, de forma a poder mitigar os impactos dos eventos. A análise do contexto e das necessidades tem em consideração a complexa situação actual da área de intervenção, e baseia-se também em experiências anteriores verificadas na implementação de programas financiados pela AICS no mesmo distrito. A experiência ensina que a comunicação constante entre as partes envolvidas, bem como um relacionamento positivo com as autoridades locais, favorece a mitigação de riscos, bem como a definição de atividades viáveis, dentro do contexto descrito. Além disso, a escolha de confiar a iniciativa às OSC, através de um procedimento público comparativo, considera

também a sua capacidade de adaptação e resposta a emergências, conhecimento do contexto, flexibilidade, mitigação de riscos, mais adequada ao contexto descrito do que outros métodos. de execução.

A identificação da lógica de intervenção selecionada, face às necessidades e ao contexto observado, encontra-se no desafio lançado pelo governo de implementar a regulamentação associada à política do mar para uma gestão sustentável e integrada dos recursos costeiros, no respeito dos objectivos definidos na Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul, baseada nos acordos definidos pela Conferência de Nairobi e pela Convenção sobre a Diversidade Biológica. A proposta de intervenção foi desenvolvida com base na situação relevada, querendo reforçar acções já existentes à micro escala ou em resposta as prioridades indicadas pelas autoridades locais e provinciais, alinhadas com as ministeriais, para apoiar o desenvolvimento local através da gestão sustentável dos recursos marinhos e costeiros.

As duas componentes do programa estão estreitamente interligadas entre si, a fim de activar um processo de mudança integrado, que, graças à melhoria das condições socioeconómicas das comunidades envolvidas, ao intercâmbio de informação científica e à capacitação institucional, pode favorecer uma melhoria igual na gestão dos recursos naturais e na conservação do ecossistema marinho. A teoria da mudança do programa prevê uma intervenção, na qual, se forem reforçadas as capacidades técnico-institucionais-científicas das instituições nacionais e locais para criar e implementar mecanismos de coordenação e governação relativos a uma gestão integrada e sustentável dos recursos marinhos e costeiros ( Resultado 1), e se o papel e o envolvimento das comunidades na conservação do património ambiental e cultural forem melhorados, com especial atenção as mulheres, reduzindo os efeitos negativos das actividades humanas e os impactos climáticos (Resultado 2), melhorando a conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros (Impacto 1) e apoiando o empoderamento socioeconómico, igual entre mulheres e homens, das comunidades costeiras (impacto 2).

Os princípios que se pretendem aplicar refletem os definidos pela Estratégia para o Desenvolvimento da Economia Azul (EDEA, 2024-2033)<sup>10</sup>. Além disso, uma abordagem de integração baseada no género, nas alterações climáticas e na resiliência comunitária será aplicada e verificada transversalmente em todas as actividades planeadas e em todas as suas componentes.

#### **4. Plano financeiro**

##### **Plano de contas (definição do plano financeiro relativo à gestão direta)**

---

<sup>10</sup> Flexibilidade, para garantir uma abordagem ecossistémica, dinâmica e adaptável ao contexto; Accountability, para introduzir modelos de colaboração baseados na confiança, transparência e comunidade; Empoderamento holístico e inclusivo, para nunca deixar ninguém excluído, em todos os níveis (sociedade civil, privado, público); Visão de médio e longo prazo, proporcionando um acompanhamento inovador; uma intervenção sistemática e integrada, capaz de catalisar experiências positivas, estimulando a responsabilidade e liderança colectiva

	ASSISTENZA TECNICA gestione diretta				400,000.00	500,000.00	400,000.00
2.1	B.06.00.000 - Costi per beni di consumo	5.04.04.501 - Costi gest. diretta: Beni di consumo	5.01.01.046 - Acq. equipaggiamento tecnico		5,000.00	5,000.00	0.00
2.2	B.06.00.000 - Costi per beni di consumo	5.04.04.501 - Costi gest. diretta: Beni di consumo	5.01.01.037 - Acq. altro materiale tecnico-specialistico non sanitario		8,500.00	8,000.00	0.00
2.3	B.07.02.004 - Costi per rappresentanza e comunicazione	5.04.04.512 - Costi gest. diretta: Acquisizione di servizi	5.07.04.004 - Costi per pubblicità e comunicazione		5,000.00	10,000.00	12,000.00
2.4	B.07.02.098 - Costi per altri servizi	5.04.04.512 - Costi gest. diretta: Acquisizione di servizi	5.07.98.013 - Costi per formazione a personale esterno all'AICS		50,000.00	50,000.00	32,000.00
2.5	B.07.02.004 - Costi per rappresentanza e comunicazione	5.04.04.512 - Costi gest. diretta: Acquisizione di servizi	5.07.04.007 - Costi per organizzazione di manifestazioni e convegni		50,000.00	50,000.00	50,000.00
2.6	B.07.02.004 - Costi per rappresentanza e comunicazione	5.04.04.512 - Costi gest. diretta: Acquisizione di servizi	5.07.04.599 - Costi diversi di rappresentanza e comunicazione n.a.c.		12,000.00	15,000.00	15,000.00
2.7	B.07.03.001 - Costi per consulenze	5.04.04.513 - Costi gest. diretta: Consulenze, collaborazioni, altre prestazioni lavoro	5.10.01.001 - Costi per studi, ricerca e analisi (Imprese)		10,000.00	18,000.00	10,000.00
2.8	B.07.03.004 - Costi per prestazioni professionali e specialistiche	5.04.04.513 - Costi gest. diretta: Consulenze, collaborazioni, altre prestazioni lavoro	5.10.04.028 - Costi per interpretariato e traduzioni		5,000.00	10,000.00	10,000.00
2.9	B.07.03.001 - Costi per consulenze	5.04.04.513 - Costi gest. diretta: Consulenze, collaborazioni, altre prestazioni lavoro	5.10.01.037 - Costi diversi di consulenze n.a.c. (Imprese)		0.00	11,000.00	10,000.00
2.1	B.07.03.001 - Costi per consulenze	5.04.04.513 - Costi gest. diretta: Consulenze, collaborazioni, altre prestazioni lavoro	5.10.01.013 - Costi per consulenza tecnico-scientifica (Imprese)		24,000.00	30,000.00	26,000.00
2.11	B.07.02.013 - Costi per missioni/trasferte del personale	5.04.04.512 - Costi gest. diretta: Acquisizione di servizi	5.07.13.002 - C/indistinto Spese per missioni/trasferte Italia		6,000.00	12,000.00	12,000.00
2.12	B.07.02.013 - Costi per missioni/trasferte del personale	5.04.04.512 - Costi gest. diretta: Acquisizione di servizi	5.07.13.132 - Spese per missioni/trasferte presso sede MAPUTO		6,000.00	12,000.00	12,000.00
2.13	B.07.02.025 - Costi per servizi amministrativi	5.04.04.512 - Costi gest. diretta: Acquisizione di servizi	5.07.25.004 - Spese per pubblicazione bandi di gara		1,000.00	0.00	0.00
2.14	B.07.02.028 - Costi per servizi finanziari	5.04.04.512 - Costi gest. diretta: Acquisizione di servizi	5.07.28.013 - Spese per operazioni di conto corrente bancario		1,000.00	1,000.00	1,000.00
2.15	B.07.01.001 - Costi per forniture e lavori diretti	5.04.04.001 - Costi gest. diretta: Forniture e Lavori diretti		Hardware	13,000.00	12,000.00	10,000.00
2.16	B.07.01.001 - Costi per forniture e lavori diretti	5.04.04.001 - Costi gest. diretta: Forniture e Lavori diretti		Mezzi di trasporto stradali leggeri	20,000.00	20,000.00	0.00
2.17	B.07.01.001 - Costi per forniture e lavori diretti	5.04.04.001 - Costi gest. diretta: Forniture e Lavori diretti		Mobili e arredi per ufficio	10,000.00	4,000.00	0.00
2.18	B.07.01.001 - Costi per forniture e lavori diretti	5.04.04.001 - Costi gest. diretta: Forniture e Lavori diretti		Equipaggiamento	11,500.00	30,000.00	25,000.00
2.19	B.07.01.001 - Costi per forniture e lavori diretti	5.04.04.001 - Costi gest. diretta: Forniture e Lavori diretti		Altri investimenti	12,000.00	52,000.00	25,000.00
2.20	B.09.01.000 - Salari e stipendi	5.04.04.531 - Costi gest. diretta: Salari e stipendi	5.19.04.012 - Costi per retrib. lav. ord. Non dirigenti a T.D.		150,000.00	150,000.00	150,000.00



ANOS		A1	A2	A3	Total
Coordenacao e gestao AICS		400,000.00	500,000.00	400,000.00	1,300,000.00
	Assistencia tecnica AICS: Pessoal, Investimentos e equipamentos, gestao e coordenacao	400,000.00	500,000.00	400,000.00	1,300,000.00
Programa Consorcio Ongs		1,000,000.00	800,000.00	400,000.00	2,200,000.00
Ouput 1 1. Reforço das capacidades técnico-institucionais e científicas a nível nacional e local		427,000.00	329,000.00	219,000.00	975,000.00
A1.1	Formação de técnicos de instituições locais e nacionais em planeamento integrado e investigação científica, incluindo bolsas internacionais	120,000.00	112,000.00	60,000.00	292,000.00
A1.2	Assistência técnica na gestão e administração de áreas protegidas	36,000.00	36,000.00	24,000.00	96,000.00
A1.3	Aquisicao equipamentos	82,000.00	32,000.00	10,000.00	124,000.00
A1.4	Criação de mecanismos de plataforma de coordenação em rede entre as instituições envolvidas na gestão da política do mar	12,000.00	12,000.00	12,000.00	36,000.00
A1.5	Apoio a acções de investigação científica sobre o impacto dos microplásticos nos recursos marinhos	62,000.00	58,000.00	48,000.00	168,000.00
A1.6	Ligação em rede entre organismos de investigação a nível local, nacional, regional e internacional	32,000.00	22,000.00	32,000.00	86,000.00
A1.7	Implementação de um sistema de controlo através da promoção de tecnologias inovadoras	58,000.00	32,000.00	8,000.00	98,000.00
A1.8	Difusão das acções de investigação científica	25,000.00	25,000.00	25,000.00	75,000.00
Output 2: Reforço da função e da propriedade das comunidades para conservar o património cultural e marinho-costeiro, reduzindo os efeitos negativos das actividades humanas		573,000.00	471,000.00	181,000.00	1,225,000.00
A2.1	Formalização das CCP e apoio técnico às CCP estabelecidas	42,000.00	29,000.00	12,000.00	83,000.00
A2.2	Identificação e implementação de actividades geradoras de rendimento relacionadas com a economia azul sustentável	162,000.00	122,000.00	48,000.00	332,000.00
A2.3	Promoção de actividades de marketing relacionadas com a economia azul	101,000.00	92,000.00	49,000.00	242,000.00
A2.4	Criação de um eco-museu digital para a preservação do património cultural e marinho - costeiro	88,000.00	66,000.00	26,000.00	180,000.00
A2.5	Criação de zonas protegidas nas zonas costeiras e marinhas para a conservação dos ecossistemas	46,000.00	28,000.00	12,000.00	86,000.00
A2.6	Apoio e formação na introdução de práticas sustentáveis de economia azul na comunidade	94,000.00	102,000.00	22,000.00	218,000.00
A2.7	Envolvimento do sector privado na promoção das cadeias de abastecimento relacionadas com a economia azul	40,000.00	32,000.00	12,000.00	84,000.00
Total		1,400,000.00	1,300,000.00	800,000.00	3,500,000.00

## 5. Quadro lógico

	<i>Lógica da Intervenção</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Valor inicial (linha de base)</i>	<i>Valor final (meta)</i>	<i>Fontes de verificação</i>	<i>Hipóteses/Suposições</i>
Impacto (Objetivo geral)	<p>1. Melhorar a conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros em Moçambique</p> <p>2. Suportar o empoderamento socioeconómico, igualmente entre mulheres e homens, das comunidades costeiras</p>	<p>Aumento da % de áreas marinhas e costeiras protegidas a nível nacional</p> <p>Aumento dos níveis de renda para comunidades costeiras em nível nacional (EDEA)</p>	<p>4%</p> <p>A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial</p>	<p>10%</p> <p>Aumento de 10%</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios governamentais sobre áreas marinhas protegidas (PNUMA, IUCN)</li> <li>Relatórios governamentais e internacionais sobre o impacto socioeconómico das comunidades (MIMAIP, FAO)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O compromisso contínuo do governo em respeitar os acordos internacionais assinados (CDB)</li> <li>Disponibilidade de dados de referência para medir a degradação do habitat</li> <li>Estabilidade política</li> <li>Disposição das comunidades para participar em actividades socioeconómicas</li> </ul>
Resultados (Objetivo específico)	Melhorar a eficácia da gestão dos recursos marinhos e costeiros	% de aumento no cumprimento de práticas de pesca sustentáveis a nível provincial (EDEA)	A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial	Aumento de 20% na implementação de ações sustentáveis relacionadas com a pesca, constantes dos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dados fornecidos pelo sistema de monitorização provincial introduzidos</li> <li>Relatórios anuais provinciais das</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existem mecanismos de aplicação eficazes</li> <li>Cooperação das comunidades locais com</li> </ul>

		<p>Número de planos de gestão comunitária para a proteção de áreas protegidas implementados</p> <p>Área de habitat e ecossistemas críticos restaurados (RBQ)</p>	<p>0</p> <p>0 (2022, RBQ)</p>	<p>planos provinciais anuais das instituições envolvidas</p> <p>2</p> <p>20% dos ecossistemas marinhos e costeiros críticos restaurados</p>	<p><i>instituições envolvidas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Relatório do governo sobre a implementação da EDEA</i></li> <li>• <i>Plano de manejo aprovado</i></li> <li>• <i>Monitoramento de dados relativos às ações implementadas pelo plano</i></li> <li>• <i>Lista de membros envolvidos na gestão das atividades do plano</i></li> <li>• <i>Relata reuniões para definição participativa de planos de manejo para proteção de áreas protegidas</i></li> <li>• <i>Mapear áreas costeiras e marinhas mapeadas da reserva</i></li> <li>• <i>Estado biológico dos recursos definido</i></li> </ul>	<p><i>esforços de gestão</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Compromisso contínuo do governo com a conservação do ecossistema</i></li> </ul>
--	--	--	-------------------------------	---	---	--

<b>Resultados</b> <b>(Objetivo(s) intermediário(s))<sup>11</sup></b>	1. Reforçadas as capacidades técnico-institucionais-científicas a nível nacional e local para a gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros.	1.1 Número de ações definidas pelo mecanismo de coordenação entre instituições nacionais e provinciais	0	6	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios de reuniões institucionais</li> <li>Dados coletados pela plataforma</li> <li>Relatórios de treinamento</li> <li>Lista de presença e fotos</li> <li>Testes de pré-curso de treinamento e testes de final de curso de treinamento</li> <li>Artigos científicos publicados</li> <li>Programa da conferência científica e lista de participantes</li> <li>Registro do PCC</li> <li>Relatórios anuais da SDAE</li> <li>Relatórios Anuais da ADNAP</li> <li>Ações identificadas para mitigar ou eliminar impactos de microplásticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O pessoal treinado permanece dentro das instituições</li> <li>Os conteúdos da formação são relevantes e aplicáveis aos contextos locais</li> <li>As instituições promovem a aplicação de práticas adquiridas</li> <li>Existem incentivos para aplicar as melhores práticas adquiridas durante a formação</li> <li>As comunidades estão dispostas a participar em iniciativas de conservação a longo prazo</li> <li>O património cultural é valorizado e visto como parte integrante da</li> </ul>
		Aumento de % do pessoal treinado que conhece e aplica práticas de gestão integradas sustentáveis (dados desagregados pelo menos por sexo e idade) (EDEA)	A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial	60% dos funcionários envolvidos e identificados participam de treinamentos e melhoram seus conhecimentos (40% são mulheres)		
		1.3 Nr. Intervenções-estratégias de mitigação/adaptação para uma melhor gestão marinha e costeira sustentável realizadas com base na informação recebida do sistema de monitorização e diálogo institucional (EDEA)	0	1 intervenção planeada e implementada no âmbito do PNQ e 3 intervenções definidas e implementadas a nível distrital		
		1.4 Número de ações identificadas para reduzir o impacto dos microplásticos nos recursos marinhos (EDEA)	0	3 ações identificadas e aprovadas pelas autoridades provinciais e locais Estudo sobre o impacto dos microplásticos		

---

<sup>11</sup>Os Resultados descrevem os objetivos intermédios (por exemplo, serviços como benefícios como os resultados obtidos na sequência da formação) proporcionados pelas ferramentas (resultados como ferramentas, por exemplo formação como tal, recolha de assinaturas, criação de manuais, exames, etc.) funcionais para alcançar o Resultado.

		<p>2.1 Aumento das iniciativas de conservação lideradas pela comunidade (desagregadas pelo sexo e idade) (EDEA)</p> <p>2.2 Nível de Redução das Atividades Pesqueiras Ilegais (EDEA)</p> <p>2,3% de mulheres envolvidas no início ou no fortalecimento de cadeias de abastecimento sustentáveis ligadas à economia azul</p> <p>2.4 N.º de atividades sustentáveis relacionadas com a economia azul registadas e lançadas (EDEA)</p> <p>2.5 Número de tecnologias de pesca mais sustentáveis adotadas (EDEA)</p>	<p>0</p> <p>A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial</p> <p>A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial</p> <p>A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial</p> <p>0</p>	<p>realizado e divulgado</p> <p>+ 3 áreas de proteção comunitária (santuários) identificadas e implementadas</p> <p>-20% de atividades de pesca ilegal identificadas como substitutas - suspensas</p> <p>40% dos beneficiários envolvidos no AGR são mulheres</p> <p>+10 atividades sustentáveis relacionadas com a economia azul registadas e lançadas</p> <p>5</p>		identidade da comunidade
--	--	---	--	--	--	--------------------------

<b>Saída (ferramentas)<sup>12</sup></b>	<p>1. Equipamento de pesquisa/gestão</p> <p>2. Bolsas atribuídas (50% para mulheres)</p> <p>2. Plataforma de governação promove representação igual entre homens e mulheres</p> <p>3. Planos/Diretrizes para gestão a nível local/provincial</p> <p>4. Sistema de monitoramento</p> <p>5. Kit inicial AGR</p>	<p>Número de equipamentos adquiridos/instalados</p> <p>Número de bolsas concedidas</p> <p>Nível de participação discriminado pelo menos por sexo e idade:</p> <p>Medindo o envolvimento do usuário</p> <p>Número de planos/diretrizes sensíveis ao género desenvolvidos</p> <p>Cobertura do monitoramento: Percentagem da área ou processo monitorado</p> <p>Número de kits distribuídos desagregados pelo menos por sexo</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial</p> <p>A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial</p> <p>A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial</p>	<p>15 (5 por centro, 5 para MIMAIP, 5 por província)</p> <p>5 bolsas de investigação e 5 bolsas de gestão e planeamento</p> <p>80% das reuniões planeadas de coordenação e governação entre os níveis central e local são realizadas</p> <p>1 plano de gestão das pescas do distrito de Ibo, 1 diretriz de gestão costeira a nível provincial implementada</p> <p>50% do distrito do Ibo monitorizado</p> <p>Distribuídos 30 kits (dos quais 40% destinados a</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventário</li> <li>• Fotografias</li> <li>• Inscrições para cursos</li> <li>• Lista de participantes da reunião</li> <li>• Plataforma de governação e coordenação do TDR</li> <li>• Relatórios de reuniões</li> <li>• Publicação BR</li> <li>• Relatórios anuais das instituições envolvidas</li> <li>• Dados coletados do uso de drones</li> <li>• Lista de entrega de kits,</li> <li>• Fotografias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da inflação económica no país</li> <li>• Fraca participação da comunidade</li> <li>• Substituição de pessoal técnico envolvido nas ações</li> <li>• Dificuldades de comunicação entre os diferentes atores identificados para participar nos processos participativos</li> <li>• Aumento dos preços no mercado local devido a tensões político-sociais ligadas ao terrorismo</li> <li>• Pouco interesse dos pescadores em participar nos processos comunitários</li> </ul>



---

<sup>12</sup>Os resultados como ferramentas são os bens, produtos e serviços criados durante a iniciativa.

			na fase inicial	<i>mulheres, 50% jovens)</i>		
		Satisfação do beneficiário	A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial	<i>80% iniciaram atividades após distribuição do kit</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário do kit pré-entrega</li> <li>• Questionário periódico para verificar a implementação da atividade</li> <li>• Lista de entrega de equipamentos,</li> <li>• Relacionamentos com reuniões comunitárias</li> <li>• Lista de presença</li> <li>• Registro de entrada no centro</li> <li>• Dados fornecidos pela plataforma digital</li> <li>• Questionários de satisfação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraco envolvimento dos beneficiários na formação</li> <li>• Dificuldade em identificar e organizar cursos de formação no que diz respeito às competências exigidas e verificadas no local</li> </ul>
	6. Plano comunitário de gestão ambiental	Número de ações previstas no plano de gestão ambiental implementadas	A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial	<i>2 ações prioritárias bem encaminhadas</i>		
	7. Equipamentos para pesca sustentável	Número de pescadores que recebem equipamento, desagregado por género	A definir durante a fase de avaliação e na fase inicial	<i>60%, dos quais 30% são mulheres</i>		
	8. Centro de mídia digital	Número de pessoas que têm acesso ao centro de mídia digital; desagregado por sexo	0	<i>150 jovens por mês têm acesso ao centro (40% representados por mulheres)</i>		
	9. Ecomuseu digital	Número de usuários registados,	0	<i>Pelo menos 5 mil pessoas estão inscritas até o prazo do programa</i>		

		Satisfação com a quantidade e qualidade do conteúdo digitalizado:		<i>Pelo menos 80% dos beneficiários envolvidos na sua implementação estão satisfeitos com o conteúdo e confirmam a correta inclusão dos dados</i>		
<b>Atividade<sup>13</sup></b>	<p>1.1 Formação de técnicos de instituições locais e nacionais na área do planeamento integrado da faixa costeira e marinha e da investigação científica, também com bolsas internacionais, que proporcionam incentivos a mulheres e meninas.</p> <p>1.2 Assistência técnica na gestão e administração de áreas protegidas</p> <p>1.3 Compra de equipamentos</p> <p>1.4 Criação de mecanismos de networking-plataforma de coordenação entre as instituições envolvidas na gestão da política marítima, que promova a igualdade de representação entre homens e mulheres</p> <p>1.5 Apoio a ações de investigação científica sobre o impacto dos microplásticos nos recursos marinhos</p> <p>1.6 Criação de redes entre instituições de investigação a nível local, nacional, regional e internacional, que promova a participação das mulheres</p> <p>1.7 Implementação de um sistema de monitoramento através da promoção de tecnologias inovadoras com foco no empoderamento de mulheres e jovens</p> <p>1.8 Divulgação das ações de investigação científica realizadas</p> <p>2.1 Formalização das CCPs e apoio técnico às CCPs estabelecidas, promovendo a sua participação nos processos de tomada de decisão</p> <p>2.2 Identificação e implementação de atividades geradoras de rendimento relacionadas com a economia azul sustentável, com especial atenção para garantir que as mulheres tenham igualdade de acesso a estas oportunidades</p> <p>2.3 Promoção de atividades de marketing ligadas às atividades da economia azul</p> <p>2.4 Criação de um ecomuseu digital para a proteção do património cultural e marinho-costeiro</p> <p>2.5 Criação de áreas protegidas em áreas costeiras e marinhas para a conservação dos ecossistemas</p> <p>2.6 Apoio e formação para a introdução de práticas de pesca eco-sustentáveis</p>					

	<p>2.7 Apoio a atividades de divulgação de práticas relacionadas com a economia azul sustentável na comunidade, com especial atenção ao envolvimento das mulheres</p> <p>2.8 Envolvimento do setor privado na promoção de cadeias de abastecimento ligadas às atividades da economia azul, incentivando práticas que favoreçam o emprego feminino e o empoderamento económico das mulheres e dos jovens.</p>
--	--

## 6. Cronograma

---

<sup>13</sup>As Atividades são tudo o que é feito e alcançado durante a iniciativa para atingir os objetivos definidos, a partir dos resultados. A iniciativa é diretamente responsável por ela e tem total controle sobre ela.

0	ACTIVIDADES	2025												2026												2027												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	Publicação do concurso																																					
	Contrato																																					
	Desembolso da fração I																																					
I N C E P T I O N	Recrutamento de pessoal técnico																																					
	Colocação de escritórios																																					
	Aquisição de equipamento																																					
	Arranque em Maputo/ Pemba																																					
	Avaliação de base nos distritos selecionados																																					
	Seleção das áreas de intervenção e dos beneficiários																																					
	Análise inicial dos mercados existentes e das ligações da cadeia de abastecimento																																					
	Definição da base de dados do projeto																																					
	Definição do plano de trabalho																																					
R A  1	A.1.1.1 Formacoes dos tecnicos das instituicoes lcoais e nacionais																																					
	1.2 Assistencia tecnica na gestao e administracao das areas protegidas																																					
	1.3 Aquisicao equipamentos																																					
	1.4 Creacao mecanismos de networking-plataforma de coordenacao entre as instituicoes envolvidas na gestao da politica do mar																																					
	1.5 Suporte as acoes de pesquisa cientifica sobre impacto das microplasticas nos recursos marinhos																																					
	1.6 Creacao de um networking entre as entidades																																					
	1.7 realizacao sistema de monitorizacao atraves uso de tecnologias inovativas																																					
	1.8 Divulgacao das acoes de pesquisa cientificas realizadas																																					

[illegible]

## **7. Entidade implementadora e parcerias inclusivas**

O financiamento da AICS, no valor de 3.500.000 Euros, ao longo de três anos, será gerido através de dois canais: 1.300.000,00 Euros geridos diretamente pela sede da AICS em Maputo (art. 7 c. 1 e art. 17 c. 3 L. 125/2014) e 2.200.000,00 Eur atribuídos a entidades sem fins lucrativos OSC e/ou Órgãos Territoriais (Cessão in loco a OSC italiana - art. 7 c. 1 e art. 26 c. 4 L. 125/2014; Regulamento n.º 8 do CC n. 1/2017, e n.ºs 49 e 50 do CC n.º 1/2018). O método de execução da gestão directa, co-decidido com as instituições moçambicanas do sector envolvido, responde à necessidade de fortalecimento institucional dos actores ligados à gestão e implementação da economia azul, tanto a nível local, provincial e nacional, criação de um mecanismo para melhor dialogar, coordenar, monitorizar e verificar a aplicação dos novos regulamentos introduzidos nos últimos anos no contexto nacional da política marítima, sob o impulso da adesão à Convenção de Nairobi. Para esta intervenção, acredita-se que a sede da AICS tenha melhores capacidades para gerir as actividades ligadas com as instituições, estando mais envolvida no diálogo nacional do país relativamente ao desenvolvimento crescente das oportunidades oferecidas pela economia azul. A gestão direta também favorece a possibilidade de aumentar a visibilidade e o diálogo com o sistema italiano.

A responsabilidade executiva do programa será dividida da seguinte forma:

- No que diz respeito às actividades de coordenação e supervisão, bem como às actividades de apoio directo às instituições parceiras, a AICS de Maputo será a entidade implementadora. A gestão direta será responsável pela gestão das despesas relativas à prestação de serviços ou bens destinadas às contrapartes institucionais identificadas, no cumprimento dos procedimentos da AICS e no apoio às atividades previstas nas restantes componentes, tais como: cursos de formação dirigidos a técnicos locais, provinciais e instituições nacionais ligadas ao Ministério do Mar (MIMAIP), consultoria para formulação de planos de gestão das pescas e planos de monitorização, implementação de workshops e seminários para divulgação de resultados, compras de equipamentos, visitas de intercâmbio também ao estrangeiro.

Estas intervenções irão garantir que as instituições locais e nacionais melhorem a sua capacidade de supervisão e apropriação das actividades, bem como promoverão a capacidade de replicar as acções positivas introduzidas. Por último, pretende-se assegurar a instalação de mecanismos que incentivem o diálogo entre os vários intervenientes no sector da economia azul, fortaleçam o processo de tomada de decisão e o funcionamento da regulamentação emitida. A consultoria específica será negociada através do suporte dos centros de pesquisa italianos especialistas no sector, a serem selecionados na base das temáticas a serem aprofundadas. Especificamente, a gestão direta tratará das atividades 1.1, 1.3, 1.4 e 1.6. Para a sua implementação é proposto um plano financeiro dedicado, que determina a dotação financeira para as seguintes rubricas de despesas: Publicações, Cursos de formação, Despesas de entretenimento, Consultoria, Despesas de viagem - ajudas de custo, Investimentos e Despesas com pessoal. Com efeito, está prevista a contratação de um técnico especializado que possa assegurar o apoio técnico às instituições envolvidas no programa, e que será responsável, graças às suas competências técnicas no domínio da gestão sustentável dos recursos marinhos e costeiros e à experiência em a economia azul, de definir o percurso de formação técnica para a capacitação institucional no domínio das políticas marinhas, e o mecanismo de coordenação entre instituições, incentivando o desenvolvimento de planos específicos de gestão das pescas locais. Baseado em Maputo, a figura será responsável por definir o plano de trabalho e apoiar as instituições envolvidas (ADNAP, INAMAR, INOM, em referência ao MIMAIP) no reforço das capacidades técnicas para implementar políticas adequadas para apoiar o impacto

esperado do programa e apoiar a realização das ações prioritárias previstas pelas estratégias nacionais do sector. As atividades estabelecidas estarão, em qualquer caso, alinhadas com o plano de trabalho anual que o MIMAIP prevê, nomeadamente para promover a implementação da Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul. A dificuldade em estabelecer detalhadamente o plano de trabalho relativo à assistência técnica no momento da apresentação do programa em questão justifica-se pelas eleições presidenciais e provinciais, marcadas para 9 de Outubro de 2024. Nenhum ministério nesta fase, portanto, se expõe sobre os detalhes da programação do próximo ano, dadas as possíveis alterações nas prioridades definidas pelos gestores das diversas instituições, tanto a nível provincial como nacional. Com o ministério do MIMAIP e as instituições envolvidas no programa (ADNAP, INAMAR, INOM, IDEPA, SDAE, Direcção Provincial de Cultura e Turismo) decidiu-se de definir a alocação dos recursos financeiros disponíveis para as rubricas de despesas que apoiam a implementação das actividades planeadas. Uma vez realizadas as eleições, durante a fase inicial da intervenção, será possível detalhar o plano de formação, consultoria e investimentos a serem previstos para incentivar o fortalecimento institucional e implementar a plataforma de diálogo. Além disso, a gestão direta será responsável em promover a partilha de informação sobre o progresso das atividades realizadas no ministério do MIMAIP, bem como garantir o alinhamento das intervenções da iniciativa com as políticas nacionais. A sua definição representa um primeiro passo na implementação da actividade de fortalecimento das instituições e promoção de mecanismos de coordenação.

- No que diz respeito às componentes objeto de concurso, as atividades são confiadas a OSC e entidades sem fins lucrativos, de acordo com o disposto na Lei n. 125/2014 com base no regulamento de atribuição definido nas “Condições e modalidades de atribuição de iniciativas de cooperação para o desenvolvimento a OSC e entidades sem fins lucrativos inscritas na lista referida no art. 26.º, n.º 3, da Lei 125/2014”. Prevê-se assim o lançamento de um concurso para identificar a organização (ou consórcio) com experiência no desenvolvimento da cadeia de valor ligada às atividades da economia azul, à gestão e conservação dos recursos naturais, à investigação científica no domínio da sustentabilidade ambiental das populações marinha e costeira recursos. A atribuição de actividades de desenvolvimento às OSC como parceiros de implementação é uma abordagem utilizada na sede da AICS em Maputo, que deriva das seguintes considerações: 1) a sua capacidade de operar a nível da comunidade local e de intervir em apoio à população mais vulnerável também em contextos de maior insegurança; 2) a sua capacidade de promover parcerias com o sector privado e o mundo académico; 3) o conhecimento do território que favorece a identificação e análise de necessidades com capacidade para planear as estratégias de resposta mais adequadas, podendo também contar muitas vezes com uma logística já organizada e com a disponibilidade de recursos no local; 4) um bom relacionamento desenvolvido com as instituições locais que possa facilitar o seu envolvimento ativo, evitando efeitos de distorção que possam criar conflitos e impactos negativos na implementação das atividades.

## **8. Métodos de execução e gerenciamento de programas.**

A gestão e execução da iniciativa devem basear-se em mecanismos de governação que garantam o envolvimento e participação ativa e contínua dos atores envolvidos. Uma troca mútua de informações entre as diferentes instituições nos diferentes níveis representados garante, por um lado, a harmonização da iniciativa no local com as políticas nacionais e, por outro, evita possíveis conflitos de interesses e distorções. A implementação deste diálogo favorece o acompanhamento na implementação de atividades



participativas e multiatores, para apoiar a definição e identificação de metodologias adaptadas tanto ao contexto institucional como comunitário-tradicional, evitando riscos de ações definidas com abordagens top-down, o que poderia criar distorções. O mecanismo introduzido deve também ter em consideração um sistema específico de monitorização e avaliação do projeto, definido desde as fases iniciais do projeto para salvaguardar a transparência. A definição da metodologia a ser utilizada será inscrita num documento específico para estabelecer funções, responsabilidades e procedimentos de trabalho. A aprovação do documento e partilha entre os interessados ocorrerá após o início do projeto, no primeiro semestre de implementação.

Para fornecer orientação e coordenação global do projeto, será criado um Comité Diretor (CE), composto por representantes das entidades implementadoras das diversas componentes do programa. O Comité Diretor (CD) desempenha um papel crucial na gestão e supervisão do programa: em resumo, o CD é responsável por supervisionar a implementação do programa, garantindo que todas as partes envolvidas estejam alinhadas com os objetivos, monitorizando o progresso e tomando medidas coletivas. decisões para o sucesso do programa. A nível político, o Comité Directivo será representado pelo MIMAIP, pela AICS e pela Direcção Provincial de Cultura e Turismo de Cabo Delgado, envolvendo tanto o nível institucional provincial como nacional. A nível estratégico, as partes interessadas serão convidadas ad hoc a participar no projeto mediante solicitação específica. O principal objetivo do Comité Diretor do projeto é supervisionar e garantir a coordenação geral das atividades, garantir a transparência dos processos de tomada de decisão a nível nacional e regional durante a implementação do projeto, garantindo o alinhamento das ações propostas com as prioridades nacionais. As reuniões, numa base periódica (semestral) e ad hoc (com base nas necessidades), serão realizadas rotativamente entre Maputo e Pemba. Além disso, a nível técnico, serão realizadas reuniões periódicas trimestrais e ad hoc a nível provincial para definição do calendário, actualização sobre o progresso da implementação das actividades, partilha de informação e sinergias com todas as partes envolvidas no projeto e outras contrapartes governamentais relevantes (convidadas).

Além disso, será necessário prever a criação de um Comité Técnico de Gestão (CG), que reúna trimestralmente os coordenadores das entidades executoras da ação e as autoridades técnicas locais envolvidas, incentivando o alinhamento das duas componentes. A principal função deste comité é: Acompanhar a metodologia para garantir a correta implementação do projeto e o alcance dos objetivos esperados, seguindo as indicações do Comité Diretor do programa; avaliar os planos de trabalho periódicos e verificar a sua implementação, a serem submetidos ao Comité Diretor; Rever o progresso do Projecto e fornecer orientações e recomendações para garantir que os resultados acordados sejam produzidos de forma satisfatória; Apresentar e avaliar propostas de novas atividades alinhadas ao programa, de forma a criar sinergias e uniformidade entre as diversas componentes e outras iniciativas implementadas na região; Discutir possíveis ações para mitigar e prevenir quaisquer riscos relacionados ao Projeto; Garantir que o projeto aproveita bem os recursos aplicados na área de intervenção; Discutir alterações propostas ao projecto que possam afectar os objectivos e resultados, plano de actividades, calendário, orçamento e outros aspectos específicos, que serão então apresentados ao doador para aprovação, antes da aprovação pelo CD; Monitorar o andamento do projeto e propor ações corretivas para garantir a plena eficácia do programa. Ao mesmo tempo, será criado um Comité Científico para incentivar a atualização periódica e os desenvolvimentos alcançados no que diz respeito ao plano de pesquisa definido, no qual participarão os pontos focais das seguintes instituições: CEPAM, a universidade italiana envolvida no consórcio constituído pela entidade executora, e AICS.

Todos os processos administrativos e financeiros serão monitorados periodicamente para garantir a relação custo-eficácia, conformidade e transparência durante a implementação do projeto. Isto irá garantir que sejam implementadas estratégias apropriadas para mitigar quaisquer ameaças emergentes à implementação do projecto, referindo-se ao Manual de Gestão Administrativa da AICS. O planeamento dos trabalhos e a previsão de despesas do plano financeiro serão definidos anualmente e acompanhados de um plano de aquisições. Para garantir uma boa gestão e suporte, será necessário apresentar anualmente o andamento do projeto e execução das despesas para receber indicações adequadas sobre as ações a serem tomadas, caso necessário. Da mesma forma, todos os parceiros de implementação e principais partes interessadas serão mantidos informados para uma colaboração e coordenação eficazes, o que também promove a apropriação das atividades implementadas e a mitigação de riscos.

Para além destas duas ferramentas, considera-se fundamental verificar o progresso da implementação das atividades do órgão implementador, no que diz respeito aos indicadores propostos na lógica de intervenção proposta, através da elaboração de um relatório narrativo trimestral. Além disso, no final de cada ano será apresentado um relatório narrativo e financeiro que poderá incluir uma avaliação intermédia do progresso das actividades relativamente aos resultados pretendidos, com base no valor actualizado dos indicadores do projecto e com base em a dotação económica gasta em comparação com o plano financeiro planeado.

Para tal, será necessário durante os primeiros meses do projecto criar um relatório inicial que possa verificar a adequação dos indicadores propostos, para que sejam mensuráveis e verificáveis, e que sejam representativos não tanto das actividades realizadas, mas que forneçam informação sobre os resultados e sobre os impactos verificados para atingir os objectivos definidos. Esta fase deverá durar três meses e inclui o envolvimento activo do governo central e local, do sector privado e das comunidades rurais. Neste relatório inicial também serão definidos os valores da linha de base não identificados durante a fase de redação do projeto. Além disso, a fase inicial permite a criação de um mapeamento cuidadoso dos beneficiários com dados desagregados por sexo, idade e, sempre que possível, deficiência, a fim de definir detalhadamente o contexto cultural, identificar os factores sociais e económicos dos beneficiários para se adaptarem possivelmente as estratégias do programa, bem como detectar quaisquer resistências ou barreiras culturais e sociais que possam influenciar.

Será elaborado um relatório final com base na avaliação final realizada por um organismo externo relativo à componente confiada, que poderá verificar os resultados alcançados, analisar o grau de implementação das atividades e definir o nível de sustentabilidade, relevância, eficácia e eficiência e impacto verificado no final da ação. O projecto também envolve a recolha e análise de dados desagregados por sexo, com relatórios periódicos sobre o progresso no sentido da igualdade de género. Estes relatórios incluirão informações detalhadas sobre a participação nas actividades do projecto, destacando os benefícios económicos resultantes, a participação em programas de formação e em funções de tomada de decisão e liderança, e o impacto das actividades nas mulheres nas comunidades. Isto também permitirá identificar o impacto da estratégia de ação implementada e possivelmente verificar a sua replicabilidade, bem como analisar as dificuldades e problemas enfrentados para serem mitigados nas futuras intervenções.

No que concerne a operacionalidade do programa, a entidade executora (OSC) deverá ter uma sede de referencia para as actividades na província de Cabo Delgado, em Pemba, e prever uma sede com um escritório também no distrito do Ibo. A AICS, baseada em Maputo, poderá promover o diálogo entre as autoridades nacionais e locais, organizando reuniões periódicas de coordenação entre as autoridades

envolvidas na implementação de actividades relativas ao fortalecimento institucional. A duração do programa prevê a implementação das atividades durante 36 meses.

Na fase de formulação das actividades, foram realizadas diversas reuniões com as autoridades locais, provinciais e nacionais, com vista a identificação de beneficiários, necessidades e actividades em resposta aos problemas identificados, positivamente alinhadas com as prioridades nacionais e locais. O bom relacionamento desenvolvido com a contraparte deriva da implementação de programas em curso na mesma área geográfica. Assim, na sequência do pedido de intervenção, assinado pelo governador da província dirigido à AICS, foi realizada uma missão in loco (Fevereiro de 2024) para a recolha de dados, identificação de beneficiários e partes interessadas, reuniões com OSC locais e internacionais. Na fase da elaboração do projeto, foram realizadas diversas reuniões durante o mês de maio de 2024 para verificar conjuntamente o alinhamento com a lógica de intervenção. Compartilhada a lógica do projeto, foram definidos consequentemente o orçamento, o cronograma e as atividades, finalizando desta forma a elaboração do programa. A direção da Província, contraparte local, fez uma revisão do documento proposto do projecto traduzido em língua local, confirmando a sua aprovação tramite o envio duma nota de apoio ao programa à sua implementação. Após a sua aprovação final do Comitato Congiunto, as partes organizarão uma reunião multilateral com as autoridades, organizações e OSC locais envolvidas para apresentar o programa, definir responsabilidades e níveis de envolvimento para uma coordenação eficaz e eficiente. Será então necessário prever a assinatura de um MOU com a contraparte local, para definir a metodologia de colaboração na implementação, monitorização e acompanhamento das intervenções. No específico, na sequência do Memorando de Entendimento, serão identificados os pontos focais das instituições envolvidas (tanto a nível central, provincial e local) e depois serão planeadas reuniões técnicas a fim de desenvolver um plano de actividades anual, alinhado com os objectivos do programa, as quais intervenções respondem as principais prioridades definidas pelas estratégias nacionais de referência (como a EDEA, 2024-2033) para alcançar os resultados esperados.

No que diz respeito às obrigações administrativas, a AICS, na sequência da publicação do concurso para atribuição do programa, e da avaliação das propostas e seleção, assinará um contrato com a entidade implementadora selecionada (OSC), a fim de definir condicionantes, métodos de pagamento , comunicações para financiamento e implementação da iniciativa. Após a assinatura do contrato será solicitada a execução da primeira parcela do contrato, o consórcio selecionado poderá iniciar as atividades do projeto aprovado.

## **9. Sustentabilidade**

A sustentabilidade da iniciativa será garantida através da adoção de abordagens participativas e multissetoriais que promovam a transparência na partilha contínua do grau de implementação das atividades, em todas as fases do programa. A nível institucional, a proposta do projecto surge da solicitação das autoridades provinciais, em coordenação com as autoridades nacionais, para responder aos problemas verificados. A iniciativa prevê o envolvimento, participação e inclusão de contrapartes locais em todas as suas fases, a partir da elaboração ate a monitorização. Para garantir a monitorização participativa, prevê-se a criação de um mecanismo de coordenação provincial, que envolva as autoridades locais e centrais, e que, através do fortalecimento institucional directo, favorecerá a coesão e, portanto, a apropriação de intervenções co-decididas e coordenadas. A nível social, está previsto trabalhar em estreita colaboração com a sociedade civil para garantir que ninguém seja excluído e assegurar uma abordagem

baseada na comunidade. Graças ao método de gestão do programa definido, a relação com as comunidades locais será transversal e contínua, de modo a poder desenvolver atividades de interesse local e alinhadas com as tradições e cultura locais, bem como com o mercado e a economia nacional. A promoção de cadeias de valores dos recursos locais garante o envolvimento direto da comunidade e do conhecimento tradicional local numa trajetória coordenada com vista a produção e venda. A promoção de cadeias de valores locais exige a activação de uma coordenação vertical dinâmica (*governance*), em que a sustentabilidade e o desempenho multidimensional sejam reconhecidos como elementos prioritários, de forma a activar mecanismos orientados para a produção e venda de produtos. Para tal, será necessário garantir que seja realizada uma análise prévia de custo-benefício (sustentabilidade económica) para as cadeias de valores ativadas e que seja realizada uma análise ambiental relativamente aos possíveis impactos no ambiente (sustentabilidade ambiental), para manter uma comunidade ecologicamente sustentável. As atividades propostas baseiam-se nas praticas comunitárias tradicionais locais, como a pesca, a agricultura, que serão melhoradas com a introdução da inovação tecnológica, privilegiando a utilização dos recursos naturais existentes no local e não externos, a serem diversificados, melhorados em termos de qualidade e quantidades. Preve-se a promoção e implementação de uma abordagem ecossistémica para garantir uma maior resiliência da comunidade a eventos externos e uma menor vulnerabilidade. Pretende-se construir uma forte rede de relacionamento com as iniciativas presentes no local, de forma a evitar a duplicação de intervenções e envolver os parceiros em mesas de discussão sinérgicas sobre as principais atividades a implementar, garantir o alinhamento na metodologia que visa promover a sustentabilidade especialmente no que diz respeito às atividades ligadas ao desenvolvimento da cadeia de valor. Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, o programa visa promover o envolvimento do tecido social na proteção ambiental, apoiar campanhas de educação ambiental e investigação científica sobre biodiversidade. A sustentabilidade económica é aplicada através da abertura de novas oportunidades de formação e informação (graças ao centro informático multimédia, que funciona como catalisador das acções lançadas pelo projecto), do lançamento de novas actividades geradoras de rendimentos e, portanto, de emprego que fortaleçam a condições socioeconómicas no local, baseadas na economia local e em sinergia com o mercado local para evitar a criação de distorções. Para manter as atividades implementadas potencialmente ativas, será necessário realizar análises detalhadas de custo-benefício dos investimentos a realizar e manter a coordenação das instituições para verificar se as atividades a realizar estão alinhadas com o definido e plano de ação anual aprovado. A entidade implementadora será também obrigada a definir as ações destinadas a garantir a sustentabilidade económica das atividades alternativas sustentáveis ligadas à economia azul definidas no programa. Entre as atividades previstas, será realizada uma cerimónia inicial de lançamento do programa, seguida do encerramento final para apresentação de melhores práticas eventualmente replicáveis, enquanto, durante a vigência do projeto, estão previstas a realização anual de seminários de divulgação dos resultados alcançados a partir da investigação científica e do sistema de monitorização implementado. O próprio ecomuseu digital também incentivará a divulgação de conteúdos locais e uma melhor gestão do património local.

#### **10. Monitoramento e avaliação do programa.**

O quadro de indicadores identificados por objetivos foi determinado com base nas indicações recebidas das contrapartes locais, para facilitar a sua mensurabilidade por um lado e por outro lado para poder apoiar o alinhamento com a recolha de dados realizada pelo ministério para a avaliação da implementação

da Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul (EDEA, 2024-2033). A definição dos valores de base dos indicadores será definida durante o assessment a ser realizado na fase inicial do programa, para incentivar a participação das autoridades provinciais, dada a forte complementaridade do programa proposto com o plano de monitorização da implementação da EDEA. Além disso, a definição final do quadro lógico será finalizada no momento da seleção da entidade executora, com base na proposta de projeto avaliada e selecionada, para ser adaptada, se necessário, no que diz respeito às atividades específicas propostas, que podem influenciar positivamente a obtenção de impactos e resultados.

O acompanhamento da acção, tanto técnico como financeiro, constitui um elemento fundamental para garantir o sucesso da concretização dos objectivos. Será necessário estabelecer um sistema de controlo e coordenação entre a componente gerida diretamente e a componente atribuída a OSC para garantir a complementaridade das ações realizadas, com vista ao impacto, eficácia, eficiência, relevância e sustentabilidade. O programa será dotado de um sistema de monitorização global e conjunto baseado nos resultados, destinado a verificar o progresso de actividade, colectando dados e metas alcançadas, bem como garantir o envolvimento periódico das autoridades locais e a apropriação dos beneficiários no que diz respeito às intervenções implementadas. Este sistema deverá ser harmonizado entre os diferentes parceiros executivos, será aprovado e apresentado no primeiro Comité Directivo. Para esta definição, aguarda-se a selecção da entidade executora, a qual será atribuída a iniciativa, tendo em conta que deverá apresentar um específico plano de monitorização, documentos exigidos pelo concurso. A proposta de monitorização será cuidadosamente analisada pela comissão de seleção, constituindo critério de análise para a adjudicação do concurso. No final da iniciativa será realizada uma avaliação externa final, realizada por um avaliador terceiro (a seleccionar via PRAG).

Serão utilizados diversos mecanismos de recolha de dados e atualização de indicadores, envolvendo a utilização de tecnologias informáticas inovadoras, adaptadas ao contexto de intervenção e à função exigida, de forma a incentivar uma recolha sistemática de dados previamente definidos para atualização de indicadores lógicos. estrutura. Este método garante respectivamente:

- Integralidade das informações e dados em todos os níveis;
- Nível adequado de detalhe da informação e dos dados (incluindo informação SIG);
- Ferramentas adequadas para recolha, processamento e armazenamento de dados;
- Aplicação de formatos, ferramentas e suportes de dados adequados, para permitir a troca rápida e fácil da informação necessária;
- Criação de uma base de dados dinâmica e atualizável de atividades e beneficiários do projeto;
- Fornecimento de evidências relativas às intervenções realizadas e aos resultados alcançados.

Além disso, missões periódicas de monitoramento de campo serão organizadas e conduzidas pela AICS para verificar o progresso das atividades, possivelmente envolvendo autoridades locais para assegurar o alinhamento e implementação da estrutura do projeto e do plano de ação aprovado pelo comité directivo, além da verificação dos dados fornecidos e a relação com a comunidade.

Será necessário prever um mecanismo de apresentação de dados de monitorização para garantir a transparência do progresso das ações e o envolvimento dos parceiros e contrapartes locais, tanto a nível técnico (comité de gestão) como institucional (comité de direção). Este mecanismo deverá ser descrito pela entidade implementadora selecionada, que apresentará um plano de monitoramento na proposta de projeto, que será cuidadosamente verificado e avaliado, constituindo um dos critérios de seleção. Durante a reunião dos comitês, tanto técnicos quanto gerenciais, é necessário prever a apresentação dos resultados verificados pelo sistema de monitoramento. O quadro lógico do programa será atualizado

trimestralmente através do relatório trimestral solicitado ao órgão de execução relativo à gestão confiada, ao qual serão integrados os resultados das atividades desenvolvidas pela gestão direta gerida pela sede da AICS. A gestão direta é, portanto, responsável, com base na recepção dos dados, por finalizar o quadro do progresso contínuo e verificar o alinhamento dos resultados verificados. No final da iniciativa, considera-se adequado prever uma avaliação externa final, realizada por um avaliador terceiro, com o objetivo de verificar o cumprimento dos objetivos, identificar as lições aprendidas e medir os impactos verificados, o nível de eficácia, eficiência, relevância e sustentabilidade detectadas através da intervenção implementada. A avaliação final da iniciativa deve ter um caráter de imparcialidade em relação a entidade executora, para garantir uma análise externa, transparente e objetiva. Esta consultoria será solicitada dentro do concurso a ser lançado para a seleção da OSC.

### 11. Riscos e medidas de mitigação

O programa seguirá uma abordagem de gestão adaptativa para poder adaptar as intervenções com flexibilidade e rapidez no que diz respeito aos riscos e respostas de mitigação, que serão atualizadas e revistas periodicamente, para garantir o cumprimento dos objetivos definidos.

Segue abaixo uma avaliação dos fatores de risco verificados no local e a nível nacional no que diz respeito à proposta de projeto descrita:

Fatores de risco	Nível de risco (baixo – médio – alto)	Contexto/justificativa da avaliação de probabilidade	Impacto do risco (baixo – médio – alto)	Contexto/justificativa da avaliação de impacto	Resposta ao risco
<b>Risco contextual ou de contexto</b> <sup>14</sup>	Médio	Ataques terroristas na província de Cabo Delgado	Alto	Incapacidade de realizar atividades de campo em áreas expostas a ataques terroristas	Relacionamento contínuo com as autoridades locais e estreita interação com unidades de controle nacionais e internacionais Investigação de viabilidade das actividades propostas com base nas questões críticas colocadas pela situação de segurança do país. Organismo implementador equipado com um plano de segurança e interligado às redes de segurança das Nações Unidas
	Médio	Eventos climáticos extremos que criam impactos negativos na	Médio	Elevada exposição aos impactos negativos	As actividades propostas visam melhorar a

		sustentabilidade ambiental		criados pelas alterações climáticas	sustentabilidade ambiental e a gestão de recursos para também reduzir a sua vulnerabilidade aos impactos climáticos.
<b>Risco Programático<sup>15</sup></b>	Baixo	Falta de interesse das instituições	Médio		A proposta do projeto vem das autoridades locais
	Baixo	Capacidade limitada das instituições para implementar as atividades planeadas	Médio	Conhecimento limitado da regulamentação relativa à Política do Mar e fraca capacidade de monitorização e diálogo entre as diversas instituições descentralizadas	O processo de capacitação das instituições decorre paralelamente à implementação das atividades para garantir um maior nível de apropriação
	Médio	Dificuldade em reunir pessoal capacitado para a execução das atividades in loco	Baixo	A Província de Cabo Delgado tem um dos níveis mais baixos de educação e formação do país	Implementação confiada a ONG com elevado conhecimento do território bem como dos temas propostos pelo projeto.
	Baixo	Aceitação limitada das atividades propostas pelos beneficiários e fraca participação nas atividades do projeto	Baixo	Resistência ao processo de perceber as mudanças necessárias no uso de técnicas e artes tradicionais específicas no que diz respeito às mudanças biológicas e climáticas verificáveis A necessidade de praticar atividades de subsistência limita a possibilidade de participação	Forte envolvimento dos representantes comunitários na fase de identificação de necessidades e propostas de respostas. Introduziu a fase inicial para análise detalhada de hábitos e costumes para evitar distorções e adaptar a metodologia ao contexto e aos grupos
	Baixo	Falta de interesse do setor privado em apoiar o mercado para cadeias de abastecimento alternativas criadas	Médio	Dificuldade em apoiar positivamente os pedidos feitos pelo sector privado de forma consistente para aumentar a comercialização Redução das vias de comunicação e acesso	Serão realizadas análises de custo/benefício para cada cadeia de abastecimento identificada Treinamento e treinamento para garantir a qualidade do produto

				às ilhas devido a ataques	Está prevista a construção de um centro informático para facilitar os contactos com o sector privado e marketing
	Baixo	Fraca complementaridade entre as componentes previstas no programa, o que limita a concretização do objetivo final	Médio	As instituições centrais não estão disponíveis para participar na criação de diálogo e governação Os parceiros do projeto não participam de reuniões de gestão	Assistência técnica AICS visa garantir e monitorar a necessária interação entre os componentes
	Baixo	Acesso desigual das mulheres aos recursos naturais, em comparação com os homens, o que poderia reduzir a sua capacidade de melhorar as condições socioeconómicas de uma forma inclusiva e equitativa	Médio	As mulheres não respondem positivamente às oportunidades oferecidas pelo programa, Criação de tensões entre mulheres e homens relativamente às oportunidades de criar e promover cadeias de abastecimento no que diz respeito aos recursos marinhos e costeiros	Incluir sistemas de monitorização sobre o acesso equitativo aos recursos e garantir que as mulheres participem activamente nas decisões relativas à gestão de recursos. Planeje campanhas de conscientização sobre questões de gênero
<b>Risco Institucional</b> <sup>16</sup>	Baixo	Conflitos entre autoridades locais e centrais	Médio	A falta de uma delimitação clara de competências pode levar a conflitos entre as autoridades centrais e locais.	<i>Definição clara e participativa dos principais papéis e funções de cada autoridade representada no programa de implementação codefinido</i>  <i>Preparação de TdR para cada atividade realizada de forma participativa para incentivar a apropriação e reduzir o risco</i> <i>Definir responsabilidades e objetivos a implementar desde o início</i> <i>A coparticipação de muitos atores favorece a atenção</i>
	Baixo	Corrupção e falta de transparência	Médio	Os recursos destinados ao reforço de capacidades poderão ser mal geridos ou desviados, dificultando os esforços para melhorar a gestão dos recursos marinhos.	
	Médio	Descontinuidade política	Baixo	Mudanças institucionais repentinas de pontos focais dentro das instituições	



					<i>conjunta e a verificação das responsabilidades relativas entre os próprios atores institucionais.</i>
--	--	--	--	--	--

## 12. Parcerias com o sistema italiano

A intervenção proposta promoverá o conhecimento e a experiência temática desenvolvida no sistema italiano como um importante suporte técnico e institucional. Especificamente, é feita referência a:

- As actividades promovidas pelo Gabinete V da sede da AICS no sector dos mares e oceanos que visam promover a colaboração regional para o controlo da poluição marinha, promover o planeamento e gestão integrada das zonas costeiras e a utilização sustentável dos recursos marinhos e costeiros com especial enfoque na a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos, em conformidade com as convenções regionais adoptadas no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e os Mares Regionais.
- Importantes centros de investigação nacionais de excelência activos no sector, à luz dos compromissos internacionais assinados pelo país, serão contactados para criar sinergia com as acções implementadas, considerando a vasta experiência e o reconhecimento das melhores práticas, em particular no contexto da componente 1 da intervenção, ligada ao fortalecimento institucional para uma melhor gestão dos recursos marinhos e costeiros (por exemplo, CIHEAM Bari, ISPRA). A colaboração será definida no que diz respeito aos temas específicos identificados e aprovados no plano de trabalho a definir em conjunto com o Ministério MIMAIP. A mudança de governo em curso (eleições presidenciais previstas para outubro de 2024) não permitiu uma definição prévia detalhada das atividades e temas a explorar com maior profundidade no âmbito da assistência técnica prestada pelo programa no que diz respeito ao setor da economia azul. No entanto, o pedido do MIMAIP baseia-se na prestação de assistência na implementação do Plano de Acção previsto pela Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul, EDEA 2024-2033, aprovado e apresentado em Agosto de 2024.
- Está prevista a colaboração com a Universidade de Génova, Departamento de Ciências da Terra, Ambientais e da Vida (DISTAV), para apoiar e fortalecer as actividades de investigação dos ecossistemas marinhos do centro de investigação CEPAM em Pemba. O Departamento, com experiência anterior em Moçambique, realiza investigação sobre a biologia e genética dos microrganismos marinhos, incluindo os efeitos do aquecimento global nas comunidades microbianas e a biogeografia dos microrganismos. Neste contexto, a DISTAV integra a rede BioMed, promovendo o desenvolvimento de tecnologias biomoleculares para o estudo da biodiversidade marinha com aplicação de protocolos moleculares, genómicos e metagenómicos. Além disso, a DISTAV gere o Observatório Marinho do Promontório de Portofino, parte da redeILTER (Long Term Ecological Research) para a caracterização físico-química-biológica do setor pelágico e monitoriza organismos planctónicos, integrando dados em tempo real para produtos químicos e bioquímicos. A colaboração identificada visa reforçar as capacidades do instituto CEPAM na compreensão da relação entre a biodiversidade e os processos ecossistémicos, a

diversidade genética, taxonómica e funcional dos organismos marinhos, bem como a distribuição espacial de espécies e habitats. Graças à experiência do departamento no estudo de mudanças a longo prazo nas comunidades bentónicas, na modelação da cadeia alimentar e na restauração ecológica, queremos prestar especial atenção à gestão e conservação da biodiversidade em áreas protegidas e ambientes de águas profundas e à monitorização da saúde do meio marinho. meio ambiente através de estudos sobre contaminação por microplásticos e biomonitoramento da qualidade costeira usando biomarcadores de estresse ambiental.

- O programa entra em estreita sinergia com as intervenções planeadas pela ENI (com a qual o escritório de Maputo assinou um memorando de entendimento a partir de 2021). Especificamente, o programa em questão está directamente ligado à intervenção start-up da ENI na economia azul, que visa contribuir para a melhoria da capacidade de geração de rendimentos dos pescadores, agricultores e comerciantes do distrito do Ibo, através do fortalecimento das suas organizações e da sua capacidade empreendedora. (pesca/agricultura). Considerando a limitada dotação financeira (500.000 Eur) e temporal (12 meses) de que a ENI dispõe para este programa, a lógica de intervenção foi construída em estreita coordenação com este gabinete da AICS, através de diversas reuniões que visaram identificar conjuntamente os objetivos, atividades e principais beneficiários. O programa ENI constituirá, portanto, uma primeira fase de intervenção no que diz respeito ao programa AICS em questão. A estreita relação entre os dois programas e a sua complementaridade favorece uma melhor sustentabilidade das ações propostas, evita qualquer duplicação nas intervenções propostas e reforça a obtenção dos resultados esperados, de forma a obter um maior impacto e garantir uma melhor eficiência na utilização de recursos .
- A estratégia proposta converge também com o programa regional que está a ser elaborado pela União Europeia sobre a sustentabilidade do Oceano Índico (SWIOP), bem como cria sinergia com o programa “Economia Azul Sustentável em Moçambique” da Delegação da União Europeia, cujo início é esperado até o final do ano. Além disso, a colaboração iniciada promovida entre os escritórios regionais da AICS, incluindo na região do Oceano Índico, é considerada fundamental, graças à troca de informações e lições aprendidas verificadas a partir da implementação de atividades relacionadas com o setor da economia azul, em particular com a Tanzânia e Quênia, no âmbito dos programas GO BLUE e SHARE BLUE.
- O programa proposto baseia-se nas melhores práticas detectadas através da implementação dos programas geridos por esta sede regional no mesmo distrito (MAPQUIBO, AID 11684/RINO AID12042, face à sua terceira componente relativa à resiliência multidimensional, MAIS VALOR AID 11671), bem como de intervenções em curso relacionadas com o mesmo tema da economia azul (A-GEO AID 12550, MANGROWTH AID 12432).
- Igualmente, prevê-se que as propostas de intervenção com o sistema italiano sejam identificadas na proposta apresentada e aprovada da entidade executora, elemento que constituirá um critério de avaliação da proposta.